



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

EDITAL

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 1.364, de 2022, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V da Resolução nº 13, de 2018, e do Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 2015, e, tendo em vista o que consta do Processo nº **00200.013801/2022-01**, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada à contratação de empresa para fornecimento de serviços comuns de engenharia no âmbito do Complexo Arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 11/01/2023

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada pelo SENADO, o fornecimento de serviços comuns de engenharia no âmbito do Complexo Arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT/CATSER e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 – encontrem-se em processo de dissolução empresarial.

2.4 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 – SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

2.4.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;



SENADO FEDERAL

2.4.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.4.4 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 – É vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, em campo próprio do sistema eletrônico, o **preço global do item**, que corresponderá ao somatório total de todos os insumos, materiais, equipamentos e serviços contemplados no objeto do respectivo item, conforme especificações contidas nos Anexos 2, 3, 4 e 5 do edital, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento e/ou prestação de serviço do objeto a ser contratado, em consonância com o Termo de Referência (Anexo 1).

3.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.2 – Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

3.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.4.1 – Prazo de início da execução dos serviços:



SENADO FEDERAL

3.4.1.1 – Nos casos de notas de empenho, de, no máximo, 3 (três) dias úteis a contar do recebimento, pelo Fornecedor Beneficiário, da nota de empenho.

3.4.1.2 – Nos casos de contratos gerados, de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento, pela Contratada, de sua via contratual assinada.

3.4.2 – Prazo de garantia dos serviços de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

3.4.3 – O prazo de garantia dos insumos deverá ser igual ao prazo oferecido pelo fabricante do produto em condições normais.

3.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica na aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.6 – No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XI deste edital.

3.6.1 - A licitante poderá deixar de anexar em campo próprio do sistema apenas os documentos de habilitação que constem do SICAF, observando-se, nesse caso, o disposto no item 11.3 do edital.

3.6.2 – Os documentos que compõem a habilitação e os eventuais anexos da proposta cadastrada da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

3.7 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.8 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.9 – A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.11 - Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.12 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.



SENADO FEDERAL

3.12.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.13 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

5.1.1 – as descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o edital;

5.1.2 – os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexecutabilidade;



SENADO FEDERAL

5.1.3 – as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.

5.2 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.1 – Para o fim de desempate das propostas serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e, persistindo o empate, o sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7. Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



SENADO FEDERAL

7.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.2 – A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**.

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA



SENADO FEDERAL

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 10 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 – Planilha orçamentária, conforme modelo constante do Anexo 3 do edital, contendo a descrição dos insumos, materiais, equipamentos e serviços contemplados no objeto da licitação.

10.1.2 – Planilha de composição de custos unitários, conforme modelo constante do Anexo 4 do edital.

10.1.3 – Planilha de composição analítica do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), conforme modelo constante do Anexo 5 do edital, devendo ser observado, para tanto, o acórdão Plenário 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU) e Ato do Primeiro Secretário nº 2 de 2016 do Senado Federal (fórmula abaixo). Ressalta-se que a licitante deverá apresentar a composição para todos os índices de BDI adotados, incluindo o BDI reduzido para mero fornecimento.

10.1.3.1 – O cálculo da taxa de BDI deverá ser realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC é a taxa de rateio da Administração Central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em Edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

10.1.3.1.1 – Não se admitirá que o preço global da proposta seja superior ao valor global indicado no Anexo 3 – Planilha Orçamentária.

10.1.3.1.2 – Não se admitirá que o preço individual de cada item da proposta seja superior ao preço individual de cada item da planilha orçamentária indicada no Anexo 3 do Edital.

10.1.3.1.3 – Itens e subitens com valor muito discrepante em relação ao valor pesquisado pelo Senado Federal ou índices de BDI adotados acima do utilizado pelo Senado Federal deverão ser justificados.



SENADO FEDERAL

10.1.3.1.4 – As planilhas são orientativas, ou seja, é de inteira responsabilidade dos licitantes as quantidades e valores necessários à feitura perfeita e completa dos serviços.

10.1.3.1.5 – A Contratada/Fornecedor Beneficiário não poderá alegar falta ou omissão de itens e subitens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.

10.1.3.1.6 – Conforme disposto no Decreto nº 7.983/2013 e acórdão Plenário 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU), os itens e subitens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica devem apresentar taxa de BDI reduzida.

10.1.3.1.7 – Em nenhuma hipótese será admitido que as empresas utilizem a referência “verba” (vb) para caracterizar quantitativos e valores de itens e subitens das planilhas orçamentárias.

10.1.4 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.5 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.6 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.7 – O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, para verificar quais materiais serão efetivamente fornecidos no escopo da Ata de Registro de Preços.

10.1.7.1 – Caso a referência apresentada seja diferente daquela prevista em edital, a licitante deverá apresentar catálogo técnico ou documentação equivalente que demonstre o pleno atendimento às exigências presentes no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital).

10.1.8 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

10.1.9 – A proposta será desclassificada quando:

- a)** as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- b)** contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo 1).

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

10.2.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 – Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3 – Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:



SENADO FEDERAL

11.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

11.3.1.1 - Item 1 (serviços de engenharia)

Capacidade Técnico-operacional

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região que estiverem vinculados.

a.1) No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/DF ou CAU/DF na ocasião da assinatura do contrato.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de engenharia de edificações compatíveis com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

b.1) Quanto ao aspecto qualitativo: intervenções em edificações contemplando os seguintes serviços de maior relevância: “serviços civis de engenharia”, “instalações elétricas”, “instalações hidrossanitárias” e “sistema de climatização”. Para fins de comprovação desta alínea, não serão admitidos atestados de capacidade técnica que se refiram a serviços de manutenção predial.

b.1.1) Entende-se como “sistema de climatização”, os sistemas alimentados por refrigerante secundário, devendo a atividade compreender, necessariamente, o fornecimento e instalação de terminais e equipamentos.

b.2) Quanto ao aspecto quantitativo: serviços civis de engenharia em edificações, exceto manutenção predial, contemplando, de forma conjunta ou isolada, todos os serviços de maior relevância citados na subalínea “b.1”, considerando que, para cada um desses serviços, a área da intervenção deve ser de, no mínimo, 1.000 m² (mil metros quadrados). Não é necessário que a comprovação deste inciso seja formalizada, necessariamente, em único atestado, entretanto, não é admitido o somatório de atestados para a comprovação da área mínima, uma vez que a complexidade de uma intervenção aumenta de forma não linear em relação ao seu tamanho.



SENADO FEDERAL

Capacidade Técnico-profissional

c) A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em: i) Engenharia Civil ou Arquitetura (para supervisão quanto aos serviços de “obras civis”, e “instalações hidrossanitárias”); ii) Engenharia Elétrica (para supervisão quanto aos serviços de “instalações elétricas”); iii) Engenharia Mecânica (para supervisão quanto aos serviços de “sistema de climatização”), e que tenham vínculo com a empresa licitante;

c.1) A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o(a) profissional como sócio(a); carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do(a) responsável técnico(a), desde que acompanhada de declaração de anuência do(a) profissional.

c.2) Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA e/ou CAU da região a que estiver(em) vinculado(s);

c.3) Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

d) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e /ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante na forma da alínea “c”, atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, assim considerados:

d.1) Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto: execução de serviço de engenharia, exceto manutenção predial, em área mínima de 1.000 m² (um mil metros quadrados), contemplando a realização de “instalações hidrossanitárias”;

d.2) Para o Engenheiro Eletricista: serviços de “instalações elétricas”, exceto manutenção predial, com área mínima de 1.000 m² (um mil metros quadrados);



SENADO FEDERAL

d.3) Para o Engenheiro Mecânico: execução de “sistema de climatização”, exceto manutenção predial, com área mínima de 1.000 m² (um mil metros quadrados);

d.4) Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

11.3.1.2 - Item 2 (marcenaria)

Capacidade Técnico-operacional

a) Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, fornecimento e instalação de, no mínimo, 50 m² (cinquenta metros quadrados) de mobiliário funcional sob medida, fabricados em MDF laminado e contendo gaveteiros, prateleiras e portas de abrir, não necessariamente com as exatas medidas e especificações dos objetos referidos no Anexo 2 do Edital.

a.1) Para fins de cálculo de área do mobiliário, será considerada a área de chapas de MDF utilizada para confecção do objeto;

a.2) Não é necessário que a comprovação desta alínea seja formalizada, necessariamente, em único atestado.

11.3.1.3 - Item 3 (vidros e películas):

Capacidade Técnico-Operacional

a) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, fornecimento e instalação, nas seguintes quantidades mínimas:

a.1) 12 m² de divisórias de vidro temperado, não necessariamente com as exatas medidas e especificações dos objetos referidos no Anexo 2 do Edital;

b) Para comprovação da área referida na subalínea “a.1” (12m²) será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica.



SENADO FEDERAL

11.3.1.4 - Item 4 (persianas e cortinas):

Capacidade Técnico-operacional

a) **Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória fornecimento e instalação de pelo menos 100 m² (cem metros quadrados) de persiana vertical em tecido juta resinado, não necessariamente com as exatas medidas e especificações dos objetos referidos no Anexo 2 do Edital;

a.1) Para comprovação da área referida na alínea “a” (100 m²) será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

11.3.3 – OUTROS DOCUMENTOS:

a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

a.3) Declaração de Proposta Independente (DPI).

11.4 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

11.4.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.



SENADO FEDERAL

11.4.2 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.4 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.4.5 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.4.5.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.4.6 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados na forma do item 11.4.

11.5 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.5.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.5.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.6 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.7 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



SENADO FEDERAL

11.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.8 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.8.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.9 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.9.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.9.2 – Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude a qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla



SENADO FEDERAL

defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.9.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas a outra pessoa jurídica:

a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1 – A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.1.2 – Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

13.1.3 – O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

13.1.3.1 – A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.

13.1.3.2 – Não será admitida intenção de recurso quando:



SENADO FEDERAL

- a) constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;
- b) fundada em mera insatisfação da licitante;
- c) ostentar caráter meramente protelatório.

13.1.4 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.1.4.1 – Para o regular processamento do recurso, alerta-se que o Sistema Eletrônico Compras.gov.br exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

13.3.1 – Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

13.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Executivo de Contratações, nos termos do art. 10 da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

14.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

14.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **por item** à vencedora do certame.



SENADO FEDERAL

14.4 – Antes da homologação da licitação pela Diretora-Geral, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, via e-mail, para que, dentro do prazo estipulado, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

14.4.1 – O e-mail a que se refere o item anterior estabelecerá o prazo máximo – o dia e a hora – para que as demais licitantes respondam à referida convocação. Tal prazo não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Após homologado o resultado deste Pregão, o SENADO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação.

15.1.1 – Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.2 – O SENADO poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 15.1.

15.1.3 – O prazo poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SENADO.

15.2 – A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da licitante vencedora, será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver, quando o objeto não atender aos requisitos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

15.2.1 – O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

15.2.2 – Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.3 – Os registros se farão da seguinte forma:

15.3.1 – Na ata os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a



SENADO FEDERAL

etapa competitiva;

15.3.2 – No anexo da ata os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação;

15.3.3 – Se houver mais de uma licitante na situação do subitem 15.3.2, serão registradas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.4 – No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

15.5 – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após publicada na Imprensa Oficial, conforme art. 14 do Decreto nº 7.892/2013.

15.5.1 – A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.7 – Nas hipóteses previstas pelos subitens 15.2.1 e 15.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo X – Da Aceitabilidade da Proposta e no Capítulo XI – Da Habilitação.

CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

17.1 – O Senado Federal, localizado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

17.2 – Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVIII – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A Secretaria de Administração de Contratações do SENADO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados, e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

18.2 – A convocação do fornecedor beneficiário pelo SENADO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para assinar o contrato e atender ao pedido.

18.3 – O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não assinar o contrato, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

18.4 – Quando comprovada a hipótese acima o SENADO poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XIX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

19.1 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

19.2 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

20.1 – O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

20.1.1 – a pedido, quando:

20.1.1.1 – comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

20.1.1.2 – o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo



SENADO FEDERAL

das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do fornecedor beneficiário ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do Senado Federal.

20.1.2 – por iniciativa do SENADO, quando:

20.1.2.1 – o fornecedor:

20.1.2.1.1 – não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.2.1.2 – perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

20.1.2.1.3 – deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.4 – não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.5 – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

20.1.2.2 – configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

20.1.2.3 – caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.1.3 – Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o SENADO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

20.2 – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

20.2.1 – por extinção da totalidade do seu objeto; e

20.2.2 – quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXI – DA ORDEM DE SERVIÇO



SENADO FEDERAL

21.1 – Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, surgindo necessidade de execução de serviços cujos preços estão registrados na Ata, serão emitidas Ordens de Serviço (OS) à CONTRATADA.

21.2 – A Ordem de Serviço deverá ser recebida pelo Fornecedor Beneficiário diretamente do gestor ou fiscal do ajuste e indicará, detalhadamente, todas as informações relativas aos serviços contratados.

21.3 – As Ordens de Serviço poderão ser de dois tipos:

- a) Tipo 1 – Contrato: para atividades cujo valor total da OS seja superior ao limite previsto na alínea “a” do inciso I do art. 23 da Lei 8.666/1993, para serviços de engenharia.
- b) Tipo 2 – Nota de Empenho: para atividades cujo valor total da OS seja inferior ao limite previsto na alínea “a” do inciso I do art. 23 da Lei 8.666/1993, para serviços de engenharia.

21.4 – O Fornecedor Beneficiário, após o recebimento da Ordem de Serviço, terá o prazo de **3 (três) dias úteis** para retirar a Nota de Empenho ou para a assinatura do Contrato.

21.5 – A recusa injustificada do Fornecedor Beneficiário em receber a Ordem de Serviço, retirar a Nota de Empenho ou assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido poderá acarretar o cancelamento da Ata de Registro de Preços.

21.6 – A Fiscalização poderá determinar que os serviços sejam realizados aos fins de semana, de 18h de sexta-feira às 8h de segunda-feira, sem qualquer tipo de compensação sempre que qualquer das seguintes situações estejam configuradas:

- a) Implicar em interdição de áreas;
- b) Causar transtornos nas áreas contíguas devido a ruídos, odores, etc.;
- c) Implicar em interrupção do funcionamento de áreas administrativas e legislativas devido à execução dos serviços ou efeitos posteriores;

21.7 – No caso de serviços que manifestamente possam causar incômodos, como ruídos, odores etc. ou transtornos nas dependências do Senado Federal, caberá ao Fornecedor Beneficiário dar ciência previamente à Fiscalização para que esta delibere sobre o período mais adequado para a execução e/ou tome as providências necessárias para a minimização dos incômodos ou transtornos.

21.8 – A depender da natureza dos serviços que serão acionados, a FISCALIZAÇÃO indicará a necessidade de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Quando se fizer necessária, essa documentação deverá ser apresentada pela CONTRATADA ao Gestor do Ajuste, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho, e poderá ser exigida:



SENADO FEDERAL

- a) de Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) para os serviços de engenharia civil e/ou arquitetura;
- b) de Engenheiro(a) Eletricista para os serviços elétricos;
- c) de Engenheiro(a) Mecânico para os serviços de climatização.
- d) Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

CAPÍTULO XXII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

22.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o fornecedor beneficiário para assinar o contrato, dentro do prazo de **3 (três) dias úteis** do recebimento da ordem de serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

22.1.1 – A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o SENADO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 15.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

22.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

22.3 – O contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023, constante do Processo nº 00200.013801/2022-01, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

22.4 – O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, independentemente de sua transcrição na nota de empenho.

22.5 – Para a assinatura do contrato referida no item 22.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

CAPÍTULO XXIII – DA NOTA DE EMPENHO

23.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de **3 (três) dias úteis** do recebimento da ordem de serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

23.1.1 – A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o SENADO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item



SENADO FEDERAL

15.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

23.2 – Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

23.3 – A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023, constante do Processo nº 00200.013801/2022-01, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

23.4 – O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

23.5 – Para a retirada da nota de empenho referida no item 23.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

23.5.1 – Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 23.1, o recebimento da mesma.

23.5.1.1 – O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

23.6 – A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO XXIV – DO REGIME DE EXECUÇÃO PARA SERVIÇOS EXECUTADOS POR NOTA DE EMPENHO

24.1 – O prazo de início da execução dos serviços solicitados pelo SENADO ao fornecedor beneficiário é de no máximo **3 (três) dias úteis**, contados da data do recebimento da nota de empenho que deverá estar acompanhada da ordem de serviço. O prazo para execução será estipulado na respectiva Ordem de Serviço.

24.2 – Os serviços referentes à Ata de Registro de Preços serão realizados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, em Brasília – DF.

24.3 – As ordens de serviço indicarão detalhadamente: local de execução, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

24.4 – Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.



SENADO FEDERAL

24.5 – O prazo de garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos contados do recebimento definitivo do objeto.

24.6 – No caso de insumos, o prazo de garantia deverá ser igual ao prazo oferecido pelo fabricante do produto em condições normais.

24.6.1 – Em qualquer situação, porém, o prazo de garantia por vícios aparentes ou de fácil constatação não poderá ser inferior a 90 (noventa dias) contados do recebimento definitivo do objeto, em observância ao artigo 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor. No caso de vício oculto, esse prazo de 90 (noventa) dias será contado a partir do momento em que for identificado o defeito pelo SENADO.

24.6.2 – Nesse período, a CONTRATADA/Fornecedor Beneficiário estará obrigada a refazer os serviços ou substituir os materiais que apresentarem defeitos, garantindo desta forma a confiabilidade e o desempenho dos sistemas ou instalações, às suas expensas, sem ônus para o SENADO.

24.7 – As medidas corretivas que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado acima deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pelo SENADO.

24.8 – Os serviços executados unicamente a partir da emissão de Nota de Empenho serão recebidos:

I – Provisoriamente, pela Fiscalização do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações;

II – Definitivamente, pelo(a) Gestor(a) responsável, em prazo a ser estipulado pela Fiscalização, no momento do acionamento da ARP, em razão da complexidade da intervenção, não sendo inferior a 5 (cinco) dias corridos, nem superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

24.9 – A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do ajuste em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

24.10 – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I – se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;



SENADO FEDERAL

II – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

24.11 – A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste contrato:

- a) O inciso VIII, do artigo 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- b) Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste contrato, edital e seus Anexos;
- c) ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);
- d) Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;
- e) Recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- f) Recomendações do manual “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas” do Tribunal de Contas da União; e
- g) Recomendações e instruções dos fabricantes.

24.12 – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

24.13 – Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

24.14 – O prazo de execução poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

24.14.1 – Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CAPÍTULO XXV – DA FORMA DE PAGAMENTO

25.1 – Nos casos de serviços executados por nota de empenho, o pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de serviço, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 24.8, Capítulo XXIV, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.



SENADO FEDERAL

25.2 – O SENADO pagará ao Fornecedor Beneficiário, pelos objetos das notas de empenho emitidas, os valores unitários constantes da Planilha de Composição de Custos apresentada juntamente com a proposta do Fornecedor Beneficiário, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, o pagamento de serviços não executados, executados parcialmente ou executados em desacordo com as especificações técnicas (Anexo 2 do Edital).

25.3 – O Fornecedor Beneficiário deverá apresentar à Fiscalização, o Relatório de Medição (RM), em formato digital editável, para conferência e aprovação contendo:

- a)** Memória de cálculo - MC - A memória de cálculo deverá identificar os locais dos serviços realizados e os respectivos cálculos que levam à totalização do serviço. A MC deverá ser apresentada em planilha Excel em modelo a ser fornecido pelo Senado Federal.
- b)** Boletim de Medição - BM - O Boletim de Medição (BM) deverá ser apresentado à Fiscalização em versão preliminar, digital, editável, a ser aprovada, conforme edital e seus anexos.

25.4 – A Fiscalização terá até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de entrega do Relatório de Medição (RM), para sobre este se manifestar, podendo contestá-lo ou aprová-lo autorizando a emissão da(s) fatura(s) pelo Fornecedor Beneficiário.

25.5 – Uma vez emitida(s) a(s) nota (s) fiscal(is), esta(s) deve(m) ser apresentada(s) pelo Fornecedor Beneficiário à Fiscalização, juntamente com a versão definitiva do Relatório de Medição (RM), em meio digital e impresso, contendo:

- a)** Quantitativo e valores de cada um dos serviços executados na etapa correspondente, em valores absolutos e porcentagens;
- b)** Quantitativo e valores de cada um dos serviços executados acumulados até a respectiva medição, em valores absolutos e porcentagens;
- c)** Quantitativo e valores de cada um dos serviços faltantes para a execução total do Contrato, em valores absolutos e porcentagens.
- d)** Valor total da medição;
- e)** Indicação do período ao qual o Boletim de Medição se refere;
- f)** Indicação do número da Nota Fiscal correspondente, somente para versão definitiva do Relatório de Medição;
- g)** Identificação e assinatura do responsável técnico pelo Fornecedor Beneficiário.

25.6 – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

25.7 – Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência



SENADO FEDERAL

Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XXIX.

25.8 – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 25.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

25.9 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo SENADO, entre o término do prazo referido no item 25.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CAPÍTULO XXVI – DOS ACRÉSCIMOS

26.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

26.2 – Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO XXVII - DA RESCISÃO

27.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

27.2 – A rescisão do ajuste poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III - judicial, nos termos da legislação.



SENADO FEDERAL

27.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

27.4 – Os casos de rescisão do ajuste deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

27.5 – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CAPÍTULO XXVIII – DA FISCALIZAÇÃO

28.1 – Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

CAPÍTULO XXIX – DAS PENALIDADES

29.1 – A adjudicatária e/ou o Fornecedor Beneficiário que, convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a respectiva nota de empenho ou assinar o contrato, no prazo estabelecido nos itens 15.1, 22.1 e 23.1, respectivamente, ficarão sujeitos à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recusem ao cumprimento desses procedimentos nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

29.2 – Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 29.1.

29.3 – Se a licitante e/ou fornecedor beneficiário deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do ajuste, se fornecedor beneficiário, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

29.4 – Nos casos de serviços executados por nota de empenho, o retardamento da execução ficará configurado quando o Fornecedor Beneficiário:

29.4.1 - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução da Nota de Empenho após 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento;



SENADO FEDERAL

29.4.2 - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos na Nota de Empenho por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados. Excetuam-se, neste caso, os feriados prolongados, quando deverá o Fornecedor Beneficiário notificar previamente a Fiscalização da intenção de interromper os trabalhos no período.

29.5 – Pelo atraso injustificado na execução do ajuste decorrente unicamente da nota de empenho ou pela sua inexecução total ou parcial, o Fornecedor Beneficiário ficará também sujeito à penalidade de multa, aplicada da seguinte forma:

29.5.1 – Decorrido o prazo previsto para o início do ajuste, sem que o Fornecedor Beneficiário dê início à prestação do objeto, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do Contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do ajuste, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas neste capítulo.

29.5.2 – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado do Cronograma, bem como sua execução de forma insatisfatória, sujeitará o Fornecedor Beneficiário à multa de 0,3% (três décimos por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias. Findo o prazo limite, sem adimplemento da obrigação, será aplicada, cumulativamente, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida da nota de empenho, podendo ainda o SENADO, a seu critério, impor outras sanções legais cabíveis.

29.5.3 – A não apresentação da documentação prevista no item 25.7 sujeitará o Fornecedor Beneficiário à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da nota de empenho, até o limite de 30 (trinta) dias.

29.6 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas no item 29.3 e 29.5 deste edital, o contrato e o registro em ata assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser cancelados, sem prejuízo das demais sanções.

29.7 – A falha na execução da nota de empenho estará configurada quando o Fornecedor Beneficiário se enquadrar nas situações previstas na tabela 3 e alcançar o total de 30 (trinta) pontos, cumulativamente, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1.

29.8 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, nos casos de serviços executados por meio de nota de empenho, a Administração aplicará multas conforme as graduações, os valores e as descrições estabelecidas nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Graduação das infrações

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	1
2	2



SENADO FEDERAL

3	4
4	5
5	8
6	10

Tabela 2 – Valor das multas

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor do Contrato ou R\$ 300,00 – o que for maior.
2	0,4% do valor do Contrato ou R\$ 600,00 – o que for maior.
3	0,6% do valor do Contrato ou R\$ 1.000,00 – o que for maior.
4	1,0% do valor do Contrato ou R\$ 1.500,00 – o que for maior.
5	2,0% do valor do Contrato ou R\$ 3.000,00 – o que for maior.
6	3,0% do valor do Contrato ou R\$ 6.000,00 – o que for maior.

Tabela 3 - Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), quando necessários.	6	Por ocorrência
2	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado.	6	Por ocorrência
3	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do Contrato.	5	Por ocorrência
4	Recusar-se a cumprir determinações formais da Fiscalização, inclusive para execução de serviços, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por dia e por tarefa designada
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	4	Por ocorrência
7	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência
8	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da Fiscalização.	3	Por ocorrência
9	Deixar de refazer serviço não aceito pela Fiscalização, nos prazos estabelecidos no edital ou determinado pela Fiscalização.	3	Por ocorrência
10	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços, sem uniforme, sem identificação, ou com	2	Por empregado e por dia



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho.		
11	Deixar de executar serviço nos prazos e horários estabelecidos pela Fiscalização, observados os limites estabelecidos por este edital.	2	Por ocorrência
12	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço.	1	Por dia de atraso
13	Deixar de apresentar a GARANTIA no prazo estabelecido no Contrato.	1	Por dia de atraso
14	Não manter a documentação de habilitação atualizada;	1	Por ocorrência e por dia
15	Não apresentar Relatório Diário de Obras (RDO) ou outros documentos solicitados pela Fiscalização a respeito da execução da obra (cronograma – inclusive replanejamento, As-Built, etc), no período estabelecido nesse edital ou outro estabelecido pela Fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia
16	Quando o Fornecedor Beneficiário apresentar atraso no prazo FINAL para entrega do objeto contratado, de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.	2	Por dia de atraso
17	Deixar de substituir ou reparar os materiais ou serviços executados que apresentarem defeito no período de garantia, no prazo estabelecido no edital.	1	Por dia de atraso

29.9 – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

II – a não reincidência da infração;

III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e

V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

29.10 – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

29.11 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.



SENADO FEDERAL

29.12 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXX – DA SUBCONTRATAÇÃO

30.1 – O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação, apenas dos serviços expressamente permitidos no Anexo 2 do Edital (Caderno de Especificações Técnicas), sem ônus adicional ao SENADO, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

30.2 – A justificativa deve ser detalhada e conter no mínimo:

- a) Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;
- b) Cópia do Contrato Social da empresa;
- c) Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a CONTRATADA responsabilizar-se rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

30.3 – Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

30.4 – A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste ajuste a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.

30.5 – A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

30.6 – A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços, bem como pelo pleno atendimento, por parte da empresa subcontratada, das determinações deste ajuste, do edital e seus anexos.

30.7 – A CONTRATADA deverá assegurar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 11.1; 11.1.1; letra “b” do subitem 11.3.2; letras “a.1” e “a.2” do 11.3.3 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.



SENADO FEDERAL

30.8 – A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

30.9 – É vedado o repasse, com ônus para o SENADO, de auxílio-alimentação e vale-transporte para os subcontratados.

CAPÍTULO XXXI – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

31.1 – Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

31.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

31.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

31.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

31.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

31.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

31.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XXXII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

32.1 – São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;



SENADO FEDERAL

II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

III - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

IV - responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

V - fornecer as máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra (inclusive os encargos sociais), insumos, transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos custos unitários dos serviços ou no BDI;

VI - dotar sua equipe técnica de treinamento, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) que sejam necessários à preservação da incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado Federal;

VII - assegurar que seus funcionários (de seu corpo técnico ou subcontratados) utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em regramento oficial federal ou local que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, incluindo o disposto nas normas NR-6, NR-10, NR-18, NR-35, sem prejuízo das demais normas regulamentadoras aplicáveis;

VIII - acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância;

IX - dotar o local da execução dos serviços dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao Senado Federal ou a terceiros;

X - não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefone e lógica do Senado Federal;

XI - não causar transtornos ao sistema de captação de esgoto e águas pluviais do Senado Federal;

XII - solicitar por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, o desligamento de quaisquer partes do sistema elétrico, hidráulico, de telecomunicações ou de lógica que se façam necessários para a perfeita execução dos serviços;

XIII - refazer ou substituir qualquer serviço ou material entregue em desacordo com o especificado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito,



SENADO FEDERAL

incluindo a remoção dos materiais rejeitados. Se o serviço ou material for entregue em conformidade com a especificação, mas em quantidade inferior àquela pactuada, cabe a CONTRATADA sua complementação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito;

XIV - proteger os móveis e objetos existentes com lonas e outros materiais adequados, de modo a evitar danos no local de execução dos serviços e, se for o caso, em suas proximidades;

XV - depositar lixo e entulhos provenientes dos serviços em caçambas metálicas estacionárias, dispostas em locais indicados pelo Senado Federal;

XVI - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da boa aparência estética nos locais que sofrerão intervenções;

XVII - manter o local dos serviços e seus acessos permanentemente limpo, livre de quaisquer sujeiras causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

XVIII - providenciar o isolamento adequado do local de trabalho;

XIX - fornecer previamente ao Senado Federal relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, para fins de registro e autorização de acesso junto à Polícia Legislativa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quando for o caso, que deverá ser acompanhada da cópia do Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho (CTPS) ou contrato de prestação de serviços celebrado com o respectivo funcionário e documentos comprobatórios da subcontratação (para os serviços permitidos), se for o caso, bem como informar qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação;

XX - manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados com crachás, que deverão identificar seu nome, RG, função e empresa empregadora;

XXI - responsabilizar-se pela conferência prévia de todas as medidas e quantidades no local;

XXII - observar as disposições e especificações contidas neste Edital e nos demais anexos, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;

XXIII - utilizar apenas materiais de primeira qualidade, novos e de fabricação recente, estar acondicionados em suas embalagens originais lacradas, podendo a Fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição;

XXIV - garantir que os novos materiais a serem aplicados manterão as características e padrões dos materiais existentes nos casos de necessidade de manutenção de padrão específico;



SENADO FEDERAL

XXV - designar por escrito os funcionários que irão atender ao Senado Federal, indicar números de telefone e endereços de e-mail para contato;

XXVI - executar e acompanhar todos os testes relacionados ao perfeito funcionamento do objeto e todas as instalações cujo funcionamento possa ter sido afetado ou interaja diretamente com o objeto;

XXVII - emitir Relatório Diário de Obras (RDO), com frequência diária e em meio digital, para todos os Contratos firmados no âmbito dessa Ata de Registro de Preços. O modelo de Relatório deverá ser aprovado pela Fiscalização;

XXVIII - encaminhar Cronograma (elaborado em MS Project), sempre que a FISCALIZAÇÃO solicitar, em meio digital, ao endereço eletrônico informado pela Fiscalização, para todos os Contratos firmados no âmbito dessa Ata de Registro de Preços. O Cronograma deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização.

XXIX - substituir ou reparar os materiais ou serviços executados que apresentarem defeito no período de garantia em até 30 (trinta) dias úteis a contar da notificação do gestor.

32.2 – O Fornecedor Beneficiário deverá designar responsáveis técnicos pela execução do objeto, obrigatoriamente profissionais de engenharia civil ou de arquitetura que estejam devidamente registrados, respectivamente, no CREA ou no CAU como responsáveis técnicos pelo objeto da intervenção e que estejam habilitados para serviços da natureza do objeto e detentores de acervo técnico comprovado.

32.2.1 – Os responsáveis técnicos deverão assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, elaboração de documentos complementares, garantia do cumprimento das normas técnicas de Engenharia, Arquitetura e de Segurança do Trabalho e das especificações técnicas deste Edital, além do fiel cumprimento do prazo contratual e garantia da qualidade técnica.

32.2.2 – Os(as) responsáveis técnicos(as) deverão, além de suas atividades contínuas, estar disponíveis para atender aos(as) gestores(as) e fiscais do SENADO em regime de plantão, para esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

32.3 – O Fornecedor Beneficiário designará formalmente seu preposto, para lhe representar frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 68 da Lei 8.666/93 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto do Anexo 12 do Edital.

32.3.1 – Deverá ser comprovada, por meio de documentação (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.), a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos.



SENADO FEDERAL

32.3.2 – A critério da CONTRATADA, o preposto poderá ser indicado simultaneamente como responsável técnico.

32.4 – O Fornecedor Beneficiário deve atender aos requisitos de Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal.

32.4.1 – Caberá ao Fornecedor Beneficiário implementar a logística reversa dos materiais, quando aplicável.

32.4.2 – Nenhuma substância sólida, semissólida, líquida, gasosa ou de vapor deve ser descartada, sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pelo Fornecedor Beneficiário para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

32.4.3 – Correrá por conta do Fornecedor Beneficiário o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

32.4.4 – O descarte dos resíduos da construção civil (entulho) deverá seguir as normas e orientações do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal. As caçambas, o transporte e o descarte deverá ser feito por empresas credenciadas e conforme as normas vigentes.

32.5 – O Fornecedor Beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

32.6 – O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

32.7 – Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

32.8 – Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CAPÍTULO XXXIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

33.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

a) Anexo 1 – Termo de Referência;



SENADO FEDERAL

- b) Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas;
- c) Anexo 3 – Planilha Orçamentária;
- d) Anexo 4 – Composição de Preços Unitários;
- e) Anexo 5 – Bonificação e Despesas Indiretas (BDI);
- f) Anexo 6 – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- g) Anexo 7 – Diretrizes de Planejamento, Comunicação, Fiscalização e Gestão;
- h) Anexo 8 – Minuta de Contrato;
- i) Anexo 9 – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- j) Anexo 10 – Modelo de Apresentação de Proposta;
- k) Anexo 11 – Ato do Primeiro-Secretário nº 2 de 2016;
- l) Anexo 12 – Modelo de Designação de Preposto.

33.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

33.3.1 – A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

33.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

33.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

33.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

33.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXXIV – DO FORO

34.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 15 de dezembro de 2023.

MARCUS VINICIUS DE MIRANDA CASTRO

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA RESUMIDO

OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia no âmbito do Complexo Arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal.					
ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES	Não haverá outros órgãos participantes nesta licitação, haverá apenas o Senado Federal como órgão gerenciador. ----- Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.					
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexos 2, 3, 4 e 5 do Edital.					
CATMAT / CATSER	ITEM		CATSER			
	1		1627			
	2		3131			
	3		5800			
	4		15814			
JUSTIFICATIVA	Considerando a grande quantidade de pedidos de serviços de engenharia encaminhados à Secretaria de Infraestrutura, torna-se necessária essa contratação para atendimento das solicitações de mudanças espaciais necessárias ao desenvolvimento das atividades do Senado Federal.					
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço por Item					
PREÇOS(S) ESTIMADO(S) E QUANTIDADES	Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
	1	Serviços de engenharia	1	Unidade	13.010.491,99	13.010.491,99
	2	Serviços de marcenaria	1	Unidade	600.996,95	600.996,95
	3	Vidros e Películas	1	Unidade	169.454,40	169.454,40
	4	Persianas e Cortinas	1	Unidade	288.300,50	288.300,50
	Valor total estimado (R\$)					14.069.243,84



SENADO FEDERAL

PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO	Nos casos de notas de empenho, de, no máximo, 3 (três) dias úteis a contar do recebimento, pelo Fornecedor Beneficiário, da nota de empenho. Nos casos de contratos gerados, de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento, pela Contratada, de sua via contratual assinada.
PRAZO DE GARANTIA	O prazo de garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos contados do recebimento definitivo do objeto. No caso de insumos, o prazo de garantia deverá ser igual ao prazo oferecido pelo fabricante do produto em condições normais.
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	12 (doze) meses contados da sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas, o que ocorrer primeiro.
FORMA DE PAGAMENTO	Nos casos de notas de empenho, conforme Capítulo XXV do Edital e, nos casos de contratos gerados, conforme Cláusula Quarta da minuta de contrato (Anexo 8 do edital).
LOCAL DE EXECUÇÃO	Complexo Arquitetônico do Senado Federal, em Brasília-DF.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Nona da minuta de contrato (Anexo 8 do edital).

MARCUS VINICIUS DE MIRANDA CASTRO

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 2

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. As seguintes normas se aplicam neste Caderno de Especificações Técnicas. Os equipamentos, materiais, serviços, testes e ensaios devem atender ou exceder as seguintes normas técnicas, conforme aplicável:

- 1.1. Normas da ABNT específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os equipamentos e materiais, suas composições e características demandadas nesse Caderno de Especificações Técnicas;
- 1.2. Normas de segurança específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os serviços demandados nesse Caderno de Especificações Técnicas;
- 1.3. Normas internacionais, em complemento às normas da ABNT;
- 1.4. Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais ou Inmetro;
- 1.5. Recomendações, orientações e instruções dos fabricantes;
- 1.6. Normas ASTM – *American Society for Testing and Materials*;
- 1.7. Normas DIN – *Deutsche Industrie Normen*;
- 1.8. Normas VDE – *Verband Deutscher Elektrotechniker*;
- 1.9. Normas ANSI – *American National Standard Institute*;
- 1.10. Normas ISO – *International Organization for Standardization*;
- 1.11. Normas NEC – *National Electric Code*;
- 1.12. Normas IEC – *International Electrotechnical Commission*;
- 1.13. Normas, padrões, recomendações e práticas IEEE;
- 1.14. Serão aceitos equipamentos com normas distintas das listadas, desde que sejam equivalentes ou superiores, a critério do Senado Federal.

2. O entendimento do Senado Federal com relação a referência de marca, modelo ou fabricante é o seguinte:

- 2.1. Os fabricantes, marcas e modelos, quando indicados pelo Senado, configuram os padrões de referência necessários para a determinação do nível de qualidade necessário



SENADO FEDERAL

para tal material. É admitida a similaridade se devidamente comprovada a equivalência de desempenho dos materiais propostos com os indicados, por meio de testes e ensaios previstos por normas e previamente aceito pela Fiscalização.

- 2.2. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela Fiscalização, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela Contratada, laudos técnicos do material, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a Contratada.
- 2.3. Nessa eventualidade, a substituição se processará sem haver compensação financeira para as partes, ou seja, Senado Federal e Contratada. Não se admite a consulta sobre analogia, por parte da Contratada, após a aplicação do material e, tampouco, que tal consulta sirva como justificativa para o não cumprimento dos prazos estabelecidos na documentação contratual.
- 2.4. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações do Senado Federal; ou, em não havendo mais disponibilidade no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) substituição por similar ou superior em qualidade.
- 2.5. Se julgar necessário, a Fiscalização poderá solicitar à Contratada a apresentação de amostras e informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais, catálogos e certificados de ensaios fornecidos pelos fabricantes, para melhor descrever e comprovar a qualidade dos materiais a serem empregados ou, se empregados, até o recebimento definitivo do serviço.
- 2.6. Os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir, no mínimo, garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.
- 2.7. Consta a seguir a ficha dos itens planilhados com suas especificações técnicas.

OBS: A FICHA DE ITENS SERÁ DISPONIBILIZADA ÀS LICITANTES, JUNTAMENTE COM O EDITAL, NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/____

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 3

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item 1 – Serviços de engenharia

SUB ITEM	GRANDE ÁREA	CATEGORIA	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT. TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SF-00001	Serviços de Apoio	Serviços Técnicos	Engenheiro(a) /Arquiteto(a) júnior	hh	4.500,00	96,06	432.288,00	19,10	114,41	514.845,00
SF-00002	Serviços de Apoio	Serviços Técnicos	Mestre de obras	hh	9.000,00	41,50	373.464,00	19,10	49,42	444.780,00
SF-00004	Serviços de Apoio	Serviços Técnicos	Projetos de segurança do trabalho	un	10,00	2.423,12	24.231,20	19,10	2.885,94	28.859,40
SF-00005	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de alvenarias	m3	95,00	48,42	4.600,30	19,10	57,67	5.478,65
SF-00006	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de concreto simples	m3	20,00	271,82	5.436,47	19,10	323,74	6.474,80



SENADO FEDERAL

SF-00007	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de contrapiso	m2	320,00	16,73	5.352,83	19,10	19,92	6.374,40
SF-00008	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de fechamento ou parede em gesso acartonado	m2	160,00	6,54	1.045,70	19,10	7,78	1.244,80
SF-00009	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de forro de gesso	m2	2.400,00	1,42	3.413,77	19,10	1,69	4.056,00
SF-00010	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de infraestrutura elétrica (eletrodutos, eletrocalhas, cabos)	m	3.000,00	2,94	8.815,68	19,10	3,50	10.500,00
SF-00011	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de revestimento cerâmico, granito, mármore ou granitina	m2	680,00	10,63	7.228,90	19,10	12,66	8.608,80
SF-00012	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de revestimento em argamassa	m2	750,00	2,87	2.152,92	19,10	3,42	2.565,00
SF-00013	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição de tubulação hidrossanitária embutida com conexões e acessórios	m	100,00	0,43	43,04	19,10	0,51	51,00
SF-00014	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Demolição em concreto armado	m3	10,00	247,65	2.476,53	19,10	294,95	2.949,50
SF-00015	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Locação de caçambas	un	85,00	342,17	29.084,45	11,26	380,70	32.359,50
SF-00016	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de armários	m2	220,00	14,71	3.236,89	19,10	17,52	3.854,40
SF-00017	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de bancadas	m2	40,00	22,15	886,16	19,10	26,39	1.055,60
SF-00018	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de batentes de madeira	un	45,00	8,36	376,37	19,10	9,96	448,20
SF-00019	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de canaleta em alumínio	m	150,00	4,65	697,36	19,10	5,54	831,00
SF-00020	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de carpete	m2	225,00	2,09	470,46	19,10	2,49	560,25
SF-00021	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de cortinas	m	40,00	3,25	129,86	19,10	3,87	154,80
SF-00022	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de difusores, grelhas e acessórios de climatização	un	100,00	23,76	2.376,33	19,10	28,30	2.830,00



SENADO FEDERAL

SF-00023	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de divisória de mármore ou granito	m2	40,00	36,98	1.479,26	19,10	44,05	1.762,00
SF-00024	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de divisórias de MDF e gesso acartonado	m2	1.100,00	6,54	7.189,21	19,10	7,78	8.558,00
SF-00025	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de dutos/tubulações	m	1.000,00	9,78	9.778,83	19,10	11,65	11.650,00
SF-00026	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de esquadrias metálicas	m2	65,00	10,45	679,56	19,10	12,45	809,25
SF-00027	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de exaustor	un	15,00	7,54	113,16	19,10	8,98	134,70
SF-00028	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de fechadura/puxador de porta	un	85,00	5,90	501,86	19,10	7,03	597,55
SF-00029	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de folha de porta e dobradiças / pivôs	un	75,00	8,03	602,19	19,10	9,56	717,00
SF-00030	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de laminado melamínico (LDAP), em PVC ou vinílico	m2	850,00	18,82	15.995,77	19,10	22,41	19.048,50
SF-00031	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de louças	un	75,00	10,62	796,22	19,10	12,64	948,00
SF-00032	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de luminária	un	450,00	5,61	2.523,32	19,10	6,68	3.006,00
SF-00033	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de metais e acessórios	un	285,00	7,74	2.206,31	19,10	9,22	2.627,70
SF-00034	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de painéis de vidro temperado	m2	350,00	14,22	4.975,86	19,10	16,93	5.925,50
SF-00035	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de película	m2	160,00	9,18	1.469,54	19,10	10,94	1.750,40
SF-00036	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de persianas	m	300,00	3,25	973,94	19,10	3,87	1.161,00
SF-00037	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de pintura ou textura	m2	2.500,00	7,37	18.420,50	19,10	8,78	21.950,00
SF-00038	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de placas de forro	m2	400,00	4,27	1.706,88	19,10	5,08	2.032,00



SENADO FEDERAL

SF-00039	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de quadros de elétricos ou de telecomunicações	un	25,00	65,59	1.639,70	19,10	78,12	1.953,00
SF-00040	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de revestimento acústico	m2	270,00	3,68	994,71	19,10	4,39	1.185,30
SF-00041	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de rodapé/rodabanca de mármore ou granito	m	350,00	1,61	563,48	19,10	1,92	672,00
SF-00042	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de rodapés de madeira	m2	10,00	6,62	66,19	19,10	7,88	78,80
SF-00043	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de soleira de mármore ou granito	m	20,00	10,13	202,63	19,10	12,07	241,40
SF-00044	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de split/fancolete/ACJ (equipamento unitário)	un	120,00	47,60	5.712,54	19,10	56,70	6.804,00
SF-00045	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de vidro comum / espelho	m2	60,00	16,39	983,49	19,10	19,52	1.171,20
SF-00046	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Retirada de entulhos	m3	425,00	18,42	7.828,71	19,10	21,94	9.324,50
SF-00047	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Absorvedor de energia para linha de vida	un	4,00	518,26	2.073,04	19,10	617,25	2.469,00
SF-00048	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Andaime fachadeiro	m2 x mês	300,00	6,33	1.898,10	19,10	7,54	2.262,00
SF-00049	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Andaime tubular (aluguel/mês)	m x mês	55,00	19,00	1.045,00	19,10	22,63	1.244,65
SF-00050	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Cabo de aço com 8 mm de diâmetro galvanizado para linha de vida	m	210,00	27,00	5.670,00	19,10	32,16	6.753,60
SF-00051	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Corda de poliamida 12 mm tipo bombeiro, para trabalho em altura	m	65,00	6,07	394,29	19,10	7,22	469,30
SF-00052	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Ensaio de ponto de ancoragem existente	un	15,00	260,13	3.901,95	19,10	309,81	4.647,15
SF-00057	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Isolamento de obra com tela plástica com malha de 5mm e estrutura de madeira pontaleteada	m2	150,00	27,59	4.137,84	19,10	32,85	4.927,50
SF-00058	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Suporte intermediário curvo para linha de vida	un	4,00	730,00	2.920,00	19,10	869,43	3.477,72



SENADO FEDERAL

SF-00060	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Kit para montagem de dois olhais	un	4,00	198,11	792,44	19,10	235,95	943,80
SF-00061	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Manilha com travamento por porca e cupilha	un	15,00	64,20	963,00	19,10	76,46	1.146,90
SF-00062	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Pilar de ancoragem para linha de vida	un	15,00	810,00	12.150,00	19,10	964,71	14.470,65
SF-00065	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Placa de ancoragem para montagem no pilar	un	10,00	126,09	1.260,90	19,10	150,17	1.501,70
SF-00066	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Ponto de ancoragem	un	20,00	200,85	4.017,00	19,10	239,21	4.784,20
SF-00068	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Sistema Guarda-corpo-Rodapé (GcR) metálico	m x mês	210,00	11,76	2.469,60	19,10	14,01	2.942,10
SF-00069	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Suporte intermediário para linha de vida	un	15,00	250,00	3.750,00	19,10	297,75	4.466,25
SF-00070	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Tapume	m2	225,00	104,47	23.505,90	19,10	124,42	27.994,50
SF-00071	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Trole para linha de vida horizontal	un	4,00	544,42	2.177,68	19,10	648,40	2.593,60
SF-00073	Serviços de Apoio	Limpeza	Limpeza final de obra	m2	10.000,00	2,25	22.473,01	19,10	2,68	26.800,00
SF-00074	Civil	Furos, Rasgos e Escariação	Abertura/fechamento rasgo em alvenaria	m	2.700,00	18,82	50.801,27	19,10	22,41	60.507,00
SF-00075	Civil	Furos, Rasgos e Escariação	Furo em concreto de até 75mm de diâmetro	un	30,00	90,95	2.728,48	19,10	108,32	3.249,60
SF-00076	Civil	Furos, Rasgos e Escariação	Furo em concreto para diâmetros maiores que 75mm	un	30,00	116,16	3.484,85	19,10	138,35	4.150,50
SF-00077	Civil	Estrutural	Concreto virado em betoneira, fck = 15 MPa	m3	10,00	821,06	8.210,64	19,10	977,89	9.778,90
SF-00078	Civil	Estrutural	Concreto virado em betoneira, fck = 25MPa	m3	20,00	861,27	17.225,41	19,10	1.025,77	20.515,40
SF-00079	Civil	Estrutural	Escoramento metálico	m2 x mês	75,00	20,43	1.532,16	19,10	24,33	1.824,75
SF-00081	Civil	Estrutural	Forma para estruturas de concreto	m2	75,00	192,65	14.449,09	19,10	229,45	17.208,75



SENADO FEDERAL

SF-00082	Civil	Estrutural	Verga/contraverga/cinta em bloco de concreto canaleta 11,5 x 19 x 39 cm	m	50,00	36,07	1.803,34	19,10	42,96	2.148,00
SF-00083	Civil	Impermeabilização	Impermeabilização de superfície com revestimento bicomponente semi flexível	m2	450,00	26,65	11.994,11	19,10	31,74	14.283,00
SF-00084	Civil	Vedações	Alvenaria de vedação	m2	475,00	84,16	39.974,95	19,10	100,23	47.609,25
SF-00085	Civil	Vedações	Fechamento ou shaft em gesso acartonado tipo drywall	m2	45,00	56,27	2.532,37	19,10	67,02	3.015,90
SF-00086	Civil	Vedações	Fixação (encunhamento) de Alvenaria de Vedação	m	270,00	25,84	6.977,56	19,10	30,78	8.310,60
SF-00087	Civil	Vedações	Parede em gesso acartonado (drywall)	m2	900,00	81,65	73.486,37	19,10	97,25	87.525,00
SF-00088	Civil	Vedações	Reparos superficiais em painéis de gesso acartonado	m2	15,00	5,35	80,24	19,10	6,37	95,55
SF-00089	Civil	Vedações	Sóculo h=10 cm	m2	40,00	84,79	3.391,48	19,10	100,98	4.039,20
SF-00090	Civil	Revestimentos	Chapisco colante industrializado em vigas e pilares	m2	30,00	10,82	324,56	19,10	12,88	386,40
SF-00091	Civil	Revestimentos	Chapisco com argamassa traço 1:3	m2	950,00	4,82	4.576,83	19,10	5,74	5.453,00
SF-00092	Civil	Revestimentos	Gesso cola	m2	485,00	14,82	7.188,98	19,10	17,65	8.560,25
SF-00093	Civil	Revestimentos	Reboco com argamassa industrializada e=2,0 cm	m2	950,00	39,80	37.807,55	19,10	47,40	45.030,00
SF-00094	Civil	Revestimentos	Regularização com argamassa industrializada e=0,5 cm	m2	360,00	13,42	4.830,18	19,10	15,98	5.752,80
SF-00095	Civil	Revestimentos	Tratamento de trincas superficiais	m	70,00	29,62	2.073,11	19,10	35,27	2.468,90
SF-00096	Civil	Pinturas	Aplicação de fundo selador base água	m2	4.860,00	4,85	23.583,77	19,10	5,78	28.090,80
SF-00097	Civil	Pinturas	Fundo anticorrosivo e de aderência (base água)	m2	300,00	17,03	5.110,09	19,10	20,29	6.087,00
SF-00098	Civil	Pinturas	Massa acrílica	m2	900,00	20,86	18.772,42	19,10	24,84	22.356,00
SF-00099	Civil	Pinturas	Massa corrida	m2	3.000,00	16,18	48.551,00	19,10	19,27	57.810,00
SF-00100	Civil	Pinturas	Pintura com tinta látex acrílica Premium (paredes)	m2	8.550,00	14,44	123.476,30	19,10	17,20	147.060,00
SF-00101	Civil	Pinturas	Pintura em verniz sintético	m2	270,00	23,11	6.238,52	19,10	27,52	7.430,40
SF-00102	Civil	Pinturas	Pintura esmalte acetinado (metais e madeiras)	m2	375,00	19,32	7.244,38	19,10	23,01	8.628,75
SF-00103	Civil	Pinturas	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	m2	5.400,00	16,29	87.942,62	19,10	19,40	104.760,00
SF-00105	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Contrapiso em argamassa	m2	250,00	55,99	13.998,42	19,10	66,69	16.672,50
SF-00106	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Contrapiso em argamassa (e=2cm) ou Regularização de contrapiso existente	m2	750,00	36,00	26.997,69	19,10	42,87	32.152,50



SENADO FEDERAL

SF-00107	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Granito cinza andorinha para piso	m2	720,00	275,07	198.047,45	19,10	327,60	235.872,00
SF-00108	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Granito Cinza Andorinha para rodapé	m2	180,00	943,09	169.757,02	19,10	1.123,23	202.181,40
SF-00109	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Granito Cinza Andorinha para soleira e peitoril	m2	20,00	632,09	12.641,77	19,10	752,82	15.056,40
SF-00110	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Granito Preto São Gabriel para piso	m2	25,00	385,27	9.631,65	19,10	458,85	11.471,25
SF-00111	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Granito Preto São Gabriel para rodapé	m2	3,00	922,60	2.767,80	19,10	1.098,82	3.296,46
SF-00112	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Granito Preto São Gabriel para soleira e peitoril	m2	2,00	605,42	1.210,84	19,10	721,06	1.442,12
SF-00113	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Instalação de rodapé de madeira reaproveitado	m	65,00	13,41	871,36	19,10	15,97	1.038,05
SF-00114	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Mármore Bege Bahia para piso e parede	m2	10,00	344,67	3.446,66	19,10	410,50	4.105,00
SF-00115	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Mármore Branco Especial para piso e parede	m2	30,00	623,56	18.706,94	19,10	742,67	22.280,10
SF-00116	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Rodapé de madeira	m	65,00	30,47	1.980,86	19,10	36,30	2.359,50
SF-00117	Civil	Mármore e Granitos	Acabamento abaulado em placas de granito ou mármore reaproveitadas	m	15,00	49,59	743,85	19,10	59,06	885,90
SF-00118	Civil	Mármore e Granitos	Acabamento em meia esquadria em placas de granito ou mármore reaproveitadas	m	15,00	43,39	650,87	19,10	51,68	775,20
SF-00119	Civil	Mármore e Granitos	Acabamento reto em placas de granito ou mármore reaproveitadas	m	15,00	24,80	371,93	19,10	29,53	442,95
SF-00120	Civil	Mármore e Granitos	Corte de peça de granito ou mármore reaproveitada	m	15,00	30,99	464,91	19,10	36,91	553,65
SF-00121	Civil	Mármore e Granitos	Corte em placas de granito ou mármore reaproveitadas, para instalação de cubas	un	20,00	102,97	2.059,41	19,10	122,64	2.452,80
SF-00122	Civil	Mármore e Granitos	Furo em placas de granito ou mármore reaproveitadas, para instalação de torneira ou misturador	un	20,00	15,44	308,75	19,10	18,39	367,80



SENADO FEDERAL

SF-00123	Civil	Mármore e Granitos	Granito Cinza Andorinha 20mm para rodabancada	m2	85,00	569,42	48.400,57	19,10	678,18	57.645,30
SF-00124	Civil	Mármore e Granitos	Granito Cinza Andorinha 20mm para bancadas	m2	45,00	526,20	23.679,07	19,10	626,71	28.201,95
SF-00125	Civil	Mármore e Granitos	Granito Cinza Andorinha 20mm para divisória	m2	75,00	459,85	34.488,85	19,10	547,68	41.076,00
SF-00126	Civil	Mármore e Granitos	Granito Preto São Gabriel 20mm para rodabancada	m2	25,00	639,93	15.998,25	19,10	762,16	19.054,00
SF-00127	Civil	Mármore e Granitos	Granito Preto São Gabriel 20mm para bancadas	m2	10,00	741,17	7.411,66	19,10	882,73	8.827,30
SF-00128	Civil	Mármore e Granitos	Instalação de bancada de granito ou mármore reaproveitada	m2	25,00	151,69	3.792,35	19,10	180,67	4.516,75
SF-00129	Civil	Mármore e Granitos	Instalação de rodapé/rodabanca reaproveitado, de mármore ou granito	m2	15,00	11,93	178,90	19,10	14,20	213,00
SF-00130	Civil	Mármore e Granitos	Instalação de soleira ou peitoril, de mármore ou granito, reaproveitados	m2	10,00	54,24	542,38	19,10	64,60	646,00
SF-00131	Civil	Mármore e Granitos	Mármore Branco Especial 20mm para rodabancada	m2	2,00	789,39	1.578,78	19,10	940,16	1.880,32
SF-00132	Civil	Divisórias	Divisória em gesso acartonado revestido - Pannel liso cego - Ed. Anexo I	m2	375,00	520,00	195.000,00	11,26	578,55	216.956,25
SF-00133	Civil	Divisórias	Divisória em gesso acartonado revestido - Pannel liso, pannel de vidro e bandeira – ed. Anexo I	m2	225,00	770,00	173.250,00	11,26	856,70	192.757,50
SF-00134	Civil	Divisórias	Divisória MDF com pannel liso cego e bandeira	m2	800,00	758,05	606.440,00	11,26	843,41	674.728,00
SF-00135	Civil	Divisórias	Divisória MDF com pannel liso, pannel de vidro e bandeira	m2	650,00	1.101,60	716.040,00	11,26	1.225,64	796.666,00
SF-00136	Civil	Divisórias	Divisória MDF com pannel paginado cego e bandeira - Interlegis	m2	250,00	933,07	233.267,50	11,26	1.038,13	259.532,50
SF-00137	Civil	Divisórias	Divisória MDF com pannel paginado, pannel de vidro e bandeira - Interlegis	m2	150,00	1.280,00	192.000,00	11,26	1.424,13	213.619,50
SF-00138	Civil	Divisórias	Instalação de divisória e porta de divisória com dobradiça reaproveitadas	m2	560,00	16,33	9.145,08	19,10	19,45	10.892,00
SF-00139	Civil	Forros	Alçapão em forro de gesso acartonado	m2	95,00	141,85	13.475,90	19,10	168,95	16.050,25
SF-00140	Civil	Forros	Forro de PVC em réguas de 100 x 6000mm	m2	40,00	64,88	2.595,06	19,10	77,27	3.090,80
SF-00141	Civil	Forros	Forro de PVC em réguas de 100 x 6000mm, sem estrutura	m2	75,00	30,35	2.275,88	19,10	36,14	2.710,50
SF-00142	Civil	Forros	Forro de PVC modular em placas	m2	15,00	102,12	1.531,86	19,10	121,63	1.824,45
SF-00143	Civil	Forros	Forro em chapas metálicas	m2	300,00	230,57	69.170,78	19,10	274,61	82.383,00



SENADO FEDERAL

SF-00144	Civil	Forros	Forro em gesso acartonado monolítico	m2	2.250,00	65,28	146.871,21	19,10	77,74	174.915,00
SF-00145	Civil	Forros	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura	m2	1.500,00	38,86	58.295,66	19,10	46,29	69.435,00
SF-00146	Civil	Forros	Forro mineral modulado	m2	225,00	114,98	25.870,16	19,10	136,94	30.811,50
SF-00147	Civil	Forros	Forro mineral modulado, sem estrutura	m2	80,00	31,45	2.516,36	19,10	37,46	2.996,80
SF-00148	Civil	Forros	Instalação de forro de PVC reaproveitado	m2	80,00	2,84	226,90	19,10	3,38	270,40
SF-00149	Civil	Forros	Instalação de forro mineral reaproveitado	m2	75,00	46,09	3.456,77	19,10	54,89	4.116,75
SF-00150	Civil	Forros	Tabica metálica em forro de gesso acartonado	m	1.875,00	12,71	23.829,09	19,10	15,14	28.387,50
SF-00151	Civil	Carpete	Instalação de revestimento de piso têxtil (carpete) reaproveitado	m2	250,00	8,89	2.223,71	19,10	10,59	2.647,50
SF-00155	Civil	Vidro Comum Reaproveitado	Instalação de vidro reaproveitado	m2	45,00	34,61	1.557,38	19,10	41,22	1.854,90
SF-00159	Civil	Vidro Temperado Reaproveitado	Instalação de painéis de vidro temperado reaproveitados	m2	65,00	45,52	2.958,81	19,10	54,21	3.523,65
SF-00161	Civil	Persianas Reaproveitada	Instalação de persianas reaproveitadas	m	500,00	6,49	3.245,51	19,10	7,73	3.865,00
SF-00166	Hidrossanitário	Tubos	Tubo de ligação para bacia sanitária	un	15,00	147,18	2.207,74	19,10	175,29	2.629,35
SF-00167	Hidrossanitário	Tubos	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 100mm	m	175,00	73,64	12.886,32	19,10	87,70	15.347,50
SF-00168	Hidrossanitário	Tubos	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 40mm	m	75,00	23,15	1.736,37	19,10	27,57	2.067,75
SF-00169	Hidrossanitário	Tubos	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 50mm	m	100,00	31,43	3.143,12	19,10	37,43	3.743,00
SF-00170	Hidrossanitário	Tubos	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 75mm	m	75,00	45,92	3.444,08	19,10	54,69	4.101,75
SF-00171	Hidrossanitário	Tubos	Tubo PVC soldável água fria DN 25mm	m	300,00	5,90	1.768,61	19,10	7,02	2.106,00
SF-00172	Hidrossanitário	Tubos	Tubo PVC soldável água fria DN 32mm	m	160,00	12,55	2.008,01	19,10	14,95	2.392,00
SF-00173	Hidrossanitário	Tubos	Tubo PVC soldável água fria DN 40mm	m	75,00	18,06	1.354,63	19,10	21,51	1.613,25



SENADO FEDERAL

SF-00174	Hidrossanitário	Tubos	Tube PVC soldável água fria DN 50mm	m	90,00	20,75	1.867,70	19,10	24,72	2.224,80
SF-00175	Hidrossanitário	Registros e Válvulas	Base registro gaveta 3/4"	un	45,00	50,27	2.262,01	19,10	59,87	2.694,15
SF-00176	Hidrossanitário	Ralos e Caixas	Caixa sifonada de PVC DN 150mm	un	40,00	108,38	4.335,39	19,10	129,09	5.163,60
SF-00177	Hidrossanitário	Ralos e Caixas	Caixa sifonada de PVC DN 250mm	un	30,00	148,47	4.454,24	19,10	176,83	5.304,90
SF-00178	Hidrossanitário	Ralos e Caixas	Grelha quadrada para ralo 10x10cm	un	35,00	50,66	1.773,21	19,10	60,34	2.111,90
SF-00179	Hidrossanitário	Ralos e Caixas	Grelha quadrada para ralo 15x15cm	un	40,00	78,92	3.156,92	19,10	94,00	3.760,00
SF-00180	Hidrossanitário	Ralos e Caixas	Ralo seco PVC DN 100x40mm	un	30,00	15,78	473,32	19,10	18,79	563,70
SF-00181	Hidrossanitário	Louças	Assento para bacia convencional - Linha Administrativa	un	40,00	91,13	3.645,28	19,10	108,54	4.341,60
SF-00182	Hidrossanitário	Louças	Bacia convencional – Linha Administrativa	un	40,00	391,19	15.647,67	19,10	465,91	18.636,40
SF-00183	Hidrossanitário	Louças	Bacia convencional com saída horizontal	un	10,00	440,74	4.407,40	19,10	524,92	5.249,20
SF-00184	Hidrossanitário	Louças	Cuba oval de embutir	un	45,00	134,94	6.072,14	19,10	160,71	7.231,95
SF-00185	Hidrossanitário	Louças	Cuba retangular em aço inox	un	25,00	366,68	9.166,98	19,10	436,71	10.917,75
SF-00186	Hidrossanitário	Louças	Cuba semiencaixe quadrada com mesa	un	15,00	966,77	14.501,50	19,10	1.151,42	17.271,30
SF-00187	Hidrossanitário	Louças	Instalação de lavatório reaproveitado	un	25,00	47,03	1.175,73	19,10	56,01	1.400,25
SF-00188	Hidrossanitário	Louças	Instalação de mictório reaproveitado	un	25,00	47,52	1.188,05	19,10	56,60	1.415,00
SF-00189	Hidrossanitário	Louças	Instalação de vaso sanitário reaproveitado	un	25,00	82,03	2.050,75	19,10	97,70	2.442,50



SENADO FEDERAL

SF-00190	Hidrossanitário	Louças	Lavatório suspenso	un	10,00	129,08	1.290,81	19,10	153,73	1.537,30
SF-00191	Hidrossanitário	Louças	Mictório – Linha Administrativa	un	20,00	363,06	7.261,10	19,10	432,40	8.648,00
SF-00192	Hidrossanitário	Louças	Tanque 38 litros	un	25,00	586,89	14.672,25	19,10	698,99	17.474,75
SF-00193	Hidrossanitário	Metais	Acabamento para registro GD	un	30,00	59,55	1.786,62	19,10	70,93	2.127,90
SF-00194	Hidrossanitário	Metais	Acabamento para registro PQ	un	55,00	47,83	2.630,87	19,10	56,97	3.133,35
SF-00195	Hidrossanitário	Metais	Ducha higiênica	un	45,00	355,58	16.001,01	19,10	423,49	19.057,05
SF-00196	Hidrossanitário	Metais	Instalação de metais e acessórios reaproveitados	un	200,00	4,37	874,53	19,10	5,21	1.042,00
SF-00197	Hidrossanitário	Metais	Ligação flexível 1/2” x 40 cm	un	75,00	39,57	2.967,62	19,10	47,13	3.534,75
SF-00198	Hidrossanitário	Metais	Sifão articulado para cozinha	un	40,00	276,04	11.041,43	19,10	328,76	13.150,40
SF-00199	Hidrossanitário	Metais	Sifão para lavatório 1 1/2"	un	50,00	147,61	7.380,27	19,10	175,80	8.790,00
SF-00200	Hidrossanitário	Metais	Sifão para tanque	un	25,00	155,77	3.894,19	19,10	185,52	4.638,00
SF-00202	Hidrossanitário	Metais	Torneira de mesa para cozinha bica móvel	un	30,00	215,99	6.479,79	19,10	257,25	7.717,50
SF-00203	Hidrossanitário	Metais	Torneira de mesa para lavatório – Linha Acessibilidade	un	10,00	526,35	5.263,46	19,10	626,88	6.268,80
SF-00204	Hidrossanitário	Metais	Torneira de mesa para lavatório bica alta	un	60,00	201,75	12.104,75	19,10	240,28	14.416,80
SF-00205	Hidrossanitário	Metais	Torneira de mesa para lavatório bica baixa	un	60,00	180,11	10.806,35	19,10	214,51	12.870,60
SF-00206	Hidrossanitário	Metais	Torneira de mesa para lavatório com fechamento automático – Linha Administrativa	un	50,00	110,28	5.513,92	19,10	131,34	6.567,00



SENADO FEDERAL

SF-00207	Hidrossanitário	Metais	Torneira de parede para cozinha	un	30,00	294,58	8.837,38	19,10	350,84	10.525,20
SF-00208	Hidrossanitário	Metais	Torneira de parede para tanque	un	25,00	47,60	1.189,94	19,10	56,69	1.417,25
SF-00209	Hidrossanitário	Metais	Acabamento para válvula de descarga 1 1/2" – Linha Acessibilidade	un	10,00	510,81	5.108,08	19,10	608,37	6.083,70
SF-00210	Hidrossanitário	Metais	Acabamento para válvula de descarga 1 1/2"	un	50,00	248,68	12.433,90	19,10	296,18	14.809,00
SF-00211	Hidrossanitário	Metais	Acabamento para válvula de descarga 1 1/4" – Linha Acessibilidade	un	10,00	482,10	4.820,98	19,10	574,18	5.741,80
SF-00212	Hidrossanitário	Metais	Acabamento para válvula de descarga 1 1/4"	un	50,00	248,68	12.433,90	19,10	296,18	14.809,00
SF-00213	Hidrossanitário	Metais	Válvula de escoamento para lavatório e bidê	un	55,00	40,22	2.212,13	19,10	47,90	2.634,50
SF-00214	Hidrossanitário	Metais	Válvula de escoamento para tanque	un	20,00	47,63	952,56	19,10	56,73	1.134,60
SF-00215	Hidrossanitário	Metais	Válvula descarga para mictório – Linha Administrativa	un	30,00	235,78	7.073,42	19,10	280,81	8.424,30
SF-00216	Hidrossanitário	Acessibilidade	Alarme de emergência para sanitários PNE	un	15,00	298,81	4.482,16	19,10	355,88	5.338,20
SF-00217	Hidrossanitário	Acessibilidade	Barra de apoio 40cm – Linha Acessibilidade	un	25,00	99,25	2.481,14	19,10	118,20	2.955,00
SF-00218	Hidrossanitário	Acessibilidade	Barra de apoio 70cm – Linha Acessibilidade	un	20,00	108,02	2.160,31	19,10	128,65	2.573,00
SF-00219	Hidrossanitário	Acessibilidade	Barra de apoio 80cm – Linha Acessibilidade	un	20,00	114,02	2.280,31	19,10	135,79	2.715,80
SF-00220	Hidrossanitário	Acessibilidade	Barra de apoio lateral fixa 30cm – Linha Acessibilidade	un	20,00	194,37	3.887,31	19,10	231,49	4.629,80
SF-00221	Hidrossanitário	Acessibilidade	Lavatório suspenso – Linha Acessibilidade	un	10,00	322,21	3.222,09	19,10	383,75	3.837,50
SF-00222	Hidrossanitário	Acessibilidade	Lavatório suspenso com Coluna – Linha Acessibilidade	un	10,00	701,94	7.019,41	19,10	836,01	8.360,10



SENADO FEDERAL

SF-00223	Hidrossanitário	Acessórios	Cabide	un	80,00	98,32	7.865,49	19,10	117,10	9.368,00
SF-00224	Hidrossanitário	Acessórios	Papeleira	un	90,00	168,16	15.134,28	19,10	200,28	18.025,20
SF-00225	Hidrossanitário	Acessórios	Porta toalha argola	un	80,00	203,22	16.257,49	19,10	242,03	19.362,40
SF-00226	Hidrossanitário	Acessórios	Porta toalha barra	un	70,00	258,26	18.078,54	19,10	307,59	21.531,30
SF-00227	Elétrica	Infraestrutura	Caixa 4x2 de embutir para alvenaria	un	1.000,00	10,05	10.047,53	19,10	11,97	11.970,00
SF-00228	Elétrica	Infraestrutura	Caixa 4x2 para drywall	un	360,00	15,39	5.540,57	19,10	18,33	6.598,80
SF-00229	Elétrica	Infraestrutura	Caixa 4x4 de embutir para alvenaria	un	320,00	14,09	4.508,28	19,10	16,78	5.369,60
SF-00230	Elétrica	Infraestrutura	Caixa 4x4 para drywall	un	80,00	27,53	2.202,09	19,10	32,78	2.622,40
SF-00231	Elétrica	Infraestrutura	Caixa de passagem em alumínio 100x100x50mm	un	1.000,00	46,58	46.576,03	19,10	55,47	55.470,00
SF-00232	Elétrica	Infraestrutura	Caixa de passagem em alumínio 200x200x100mm	un	400,00	137,48	54.990,41	19,10	163,73	65.492,00
SF-00233	Elétrica	Infraestrutura	Caixa de passagem em PVC 150x150x75mm	un	1.300,00	61,70	80.210,24	19,10	73,48	95.524,00
SF-00234	Elétrica	Infraestrutura	Caixa para piso elevado	un	150,00	325,94	48.890,40	19,10	388,19	58.228,50
SF-00235	Elétrica	Infraestrutura	Canaleta em alumínio aparente 73mmx25mm	m	540,00	120,17	64.890,67	19,10	143,12	77.284,80
SF-00236	Elétrica	Infraestrutura	Condutele de alumínio de 1"	un	700,00	44,42	31.092,51	19,10	52,90	37.030,00
SF-00237	Elétrica	Infraestrutura	Eletrocalha 100x50 mm	m	950,00	69,71	66.228,13	19,10	83,03	78.878,50
SF-00238	Elétrica	Infraestrutura	Eletrocalha 200x100 mm	m	950,00	130,05	123.549,78	19,10	154,89	147.145,50
SF-00239	Elétrica	Infraestrutura	Eletrocalha 200x50 mm	m	875,00	111,66	97.705,90	19,10	132,99	116.366,25
SF-00240	Elétrica	Infraestrutura	Eletrocalha 300x100 mm	m	875,00	166,22	145.444,48	19,10	197,97	173.223,75
SF-00241	Elétrica	Infraestrutura	Eletrocalha 300x50 mm	m	875,00	145,13	126.987,05	19,10	172,85	151.243,75
SF-00242	Elétrica	Infraestrutura	Eletrocalha 400x50 mm	m	875,00	228,32	199.778,04	19,10	271,93	237.938,75
SF-00243	Elétrica	Infraestrutura	Eletrocalha 50x50 mm	m	1.200,00	59,32	71.187,44	19,10	70,65	84.780,00
SF-00244	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de aço galvanizado de 1 1/2"	m	3.000,00	63,26	189.784,35	19,10	75,34	226.020,00
SF-00245	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de aço galvanizado de 1 1/4"	m	3.000,00	60,22	180.657,23	19,10	71,72	215.160,00
SF-00246	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de aço galvanizado de 1"	m	2.000,00	37,55	75.098,45	19,10	44,72	89.440,00
SF-00247	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de aço galvanizado de 2"	m	2.000,00	80,43	160.856,85	19,10	95,79	191.580,00
SF-00248	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de aço galvanizado de 3/4"	m	2.000,00	34,72	69.432,65	19,10	41,35	82.700,00



SENADO FEDERAL

SF-00249	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de PVC Corrugado Reforçado 1" (DE 32mm)	m	1.000,00	15,71	15.711,12	19,10	18,71	18.710,00
SF-00250	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de PVC Corrugado Reforçado 3/4" (DE 25mm)	m	1.000,00	10,62	10.619,12	19,10	12,65	12.650,00
SF-00251	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 1"	m	2.000,00	25,53	51.068,92	19,10	30,41	60.820,00
SF-00252	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 3/4"	m	2.000,00	19,72	39.433,88	19,10	23,48	46.960,00
SF-00253	Elétrica	Infraestrutura	Perfilado 38x38mm	m	650,00	78,46	51.001,39	19,10	93,45	60.742,50
SF-00254	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Espelho 4x2	un	2.000,00	7,19	14.381,78	19,10	8,56	17.120,00
SF-00255	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Espelho 4x4	un	400,00	12,06	4.823,29	19,10	14,36	5.744,00
SF-00256	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Espelho cego redondo	un	10,00	10,05	100,49	19,10	11,97	119,70
SF-00257	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Interruptor para condutele	un	75,00	26,44	1.983,24	19,10	31,49	2.361,75
SF-00258	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo cego	un	1.000,00	4,62	4.624,65	19,10	5,51	5.510,00
SF-00259	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo interruptor paralelo	un	80,00	23,81	1.904,96	19,10	28,36	2.268,80
SF-00260	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo interruptor simples	un	450,00	17,77	7.995,32	19,10	21,16	9.522,00
SF-00261	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo para saída de fio	un	90,00	4,58	412,62	19,10	5,46	491,40
SF-00262	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo sensor de presença	un	50,00	185,09	9.254,65	19,10	220,45	11.022,50
SF-00263	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo tomada 10 A	un	1.500,00	19,28	28.915,39	19,10	22,96	34.440,00
SF-00264	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo tomada 20 A	un	325,00	21,75	7.067,75	19,10	25,90	8.417,50
SF-00265	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Porta equipamentos para canaleta de alumínio aparente	un	80,00	45,16	3.612,57	19,10	53,78	4.302,40



SENADO FEDERAL

SF-00266	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Tampa cega metálica para caixas de piso 4x2	un	40,00	16,90	676,03	19,10	20,13	805,20
SF-00267	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Tampa cega metálica para caixas de piso 4x4	un	40,00	21,01	840,43	19,10	25,02	1.000,80
SF-00268	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Tampa cega para condutele	un	75,00	9,16	687,10	19,10	10,91	818,25
SF-00269	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Tampa RJ45 dupla para condutele	un	400,00	17,08	6.833,30	19,10	20,35	8.140,00
SF-00270	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Tomada para condutele	un	500,00	28,34	14.171,47	19,10	33,76	16.880,00
SF-00271	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Tomada para perfilado e eletrocalha	un	75,00	48,39	3.629,12	19,10	57,63	4.322,25
SF-00272	Elétrica	Iluminação	Bloco autônomo de emergência	un	80,00	233,24	18.658,84	19,10	277,78	22.222,40
SF-00273	Elétrica	Iluminação	Instalação de luminária reaproveitada	un	400,00	36,72	14.688,79	19,10	43,74	17.496,00
SF-00274	Elétrica	Iluminação	Luminária 2x7,5 W de embutir (com lâmpadas e plugues)	un	45,00	379,86	17.093,79	19,10	452,42	20.358,90
SF-00275	Elétrica	Iluminação	Luminária 2x7,5 W de sobrepor (com lâmpadas e plugues)	un	20,00	409,62	8.192,45	19,10	487,86	9.757,20
SF-00276	Elétrica	Iluminação	Luminária 2x15 W de embutir (com lâmpadas e plugues)	un	450,00	510,89	229.901,39	19,10	608,47	273.811,50
SF-00277	Elétrica	Iluminação	Luminária 2x15 W de sobrepor (com lâmpadas e plugues)	un	75,00	457,54	34.315,69	19,10	544,93	40.869,75
SF-00278	Elétrica	Condutores	Condutor 10mm ²	m	1.500,00	15,75	23.627,54	19,10	18,76	28.140,00
SF-00279	Elétrica	Condutores	Condutor 16mm ²	m	1.720,00	23,39	40.237,05	19,10	27,86	47.919,20
SF-00280	Elétrica	Condutores	Condutor 2,5 mm ²	m	22.800,00	4,56	104.066,61	19,10	5,44	124.032,00
SF-00281	Elétrica	Condutores	Condutor 3x2,5 mm ²	m	4.000,00	11,65	46.596,94	19,10	13,87	55.480,00
SF-00282	Elétrica	Condutores	Condutor 4 mm ²	m	7.125,00	6,60	47.056,88	19,10	7,87	56.073,75
SF-00283	Elétrica	Condutores	Condutor 4x2,5 mm ²	m	4.000,00	10,65	42.608,50	19,10	12,69	50.760,00
SF-00284	Elétrica	Condutores	Condutor 6 mm ²	m	4.500,00	9,50	42.729,01	19,10	11,31	50.895,00
SF-00285	Elétrica	Quadros	Quadro elétrico TTA (30 disjuntores terminais)	un	6,00	7.956,51	47.739,04	11,26	8.852,41	53.114,46



SENADO FEDERAL

SF-00286	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado do tipo split piso-teto inverter 54.000BTU/h	un	4,00	13.006,41	52.025,64	11,26	14.470,93	57.883,72
SF-00287	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado fancolete hidrônico dutado 2,5 TR	un	20,00	5.749,70	114.994,00	11,26	6.397,12	127.942,40
SF-00288	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado fancolete hidrônico dutado 4,5 TR	un	10,00	5.023,80	50.238,00	11,26	5.589,48	55.894,80
SF-00289	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado fancolete hidrônico hi-wall 1,4 TR	un	4,00	3.159,04	12.636,16	11,26	3.514,75	14.059,00
SF-00290	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado split dutado inverter 30.000 BTU/h	un	15,00	13.408,85	201.132,75	11,26	14.918,69	223.780,35
SF-00291	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado split hi-wall inverter 12.000 BTU/h	un	40,00	2.194,58	87.783,20	11,26	2.441,69	97.667,60
SF-00292	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado split hi-wall inverter 24.000 BTU/h	un	30,00	3.780,56	113.416,80	11,26	4.206,25	126.187,50
SF-00293	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Instalação de fancolete reaproveitado	un	25,00	95,21	2.380,23	19,10	113,39	2.834,75
SF-00294	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Instalação de split reaproveitado	un	40,00	142,81	5.712,54	19,10	170,09	6.803,60
SF-00295	Ar Condicionado	Exaustores	Exaustor axial 340 m3/h	un	45,00	243,79	10.970,33	19,10	290,35	13.065,75
SF-00296	Ar Condicionado	Exaustores	Exaustor axial 865 m3/h	un	4,00	1.133,78	4.535,10	19,10	1.350,33	5.401,32
SF-00297	Ar Condicionado	Dutos	Duto chapa galvanizada # 22	m2	660,00	279,12	184.220,88	19,10	332,43	219.403,80



SENADO FEDERAL

SF-00298	Ar Condicionado	Dutos	Duto flexível 6"	m	30,00	41,28	1.238,33	19,10	49,16	1.474,80
SF-00299	Ar Condicionado	Dutos	Duto flexível 8"	m	20,00	49,06	981,16	19,10	58,43	1.168,60
SF-00300	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar quadrado 360x360 mm	un	135,00	362,28	48.907,97	19,10	431,48	58.249,80
SF-00301	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar quadrado com caixa plenum AK6 360x360 mm	un	10,00	515,92	5.159,21	19,10	614,46	6.144,60
SF-00302	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar quadrado para insuflamento em duas direções perpendiculares 376x376 mm	un	10,00	386,13	3.861,31	19,10	459,88	4.598,80
SF-00303	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar retangular para insuflamento em duas direções 371x208 mm	un	4,00	272,86	1.091,45	19,10	324,98	1.299,92
SF-00304	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar retangular para insuflamento em três direções 264x432 mm	un	4,00	323,25	1.293,01	19,10	384,99	1.539,96
SF-00305	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar retangular para insuflamento em três direções 320x562 mm	un	4,00	413,71	1.654,85	19,10	492,73	1.970,92
SF-00306	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar retangular para insuflamento em três direções 371x208 mm	un	4,00	260,98	1.043,93	19,10	310,83	1.243,32
SF-00307	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Difusor de ar retangular para insuflamento em uma direção 371x208 mm	un	10,00	262,61	2.626,11	19,10	312,77	3.127,70
SF-00308	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Grelha para retorno retangular 425x225 mm	un	135,00	206,57	27.887,32	19,10	246,03	33.214,05
SF-00309	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Grelha para retorno retangular 525x325 mm	un	10,00	225,65	2.256,49	19,10	268,75	2.687,50
SF-00310	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Instalação de difusores, grelhas e acessórios de climatização reaproveitados	un	110,00	119,01	13.091,24	19,10	141,74	15.591,40
SF-00311	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Instalação de exaustor reaproveitado	un	15,00	44,56	668,33	19,10	53,07	796,05
SF-00312	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Preparação para instalação de difusores/grelhas de ar em portas	un	15,00	32,12	481,79	19,10	38,25	573,75
SF-00313	Ar Condicionado	Acessórios Para Equipamentos Unitários	Bomba para condensado de ar-condicionado para instalação oculta	un	10,00	623,72	6.237,18	19,10	742,85	7.428,50



SENADO FEDERAL

SF-00314	Ar Condicionado	Acessórios Para Equipamentos Unitários	Fita aluminizada para refrigeração 48 mm	m	450,00	1,22	548,66	19,10	1,45	652,50
SF-00315	Ar Condicionado	Acessórios Para Equipamentos Unitários	Fita PVC 100 mm para acabamento em refrigeração	m	7.680,00	1,62	12.435,84	19,10	1,93	14.822,40
SF-00316	Ar Condicionado	Acessórios Para Equipamentos Unitários	Mangueira emborrachada 3/4" para água gelada	m	60,00	163,58	9.814,76	19,10	194,82	11.689,20
SF-00317	Ar Condicionado	Acessórios Para Equipamentos Unitários	Suporte para unidade condensadora de aparelho split	un	115,00	148,40	17.065,77	19,10	176,74	20.325,10
SF-00318	Ar Condicionado	Acessórios Para Equipamentos Unitários	Suporte para unidade evaporadora de aparelho split ou fancolete	un	180,00	134,43	24.197,04	19,10	160,10	28.818,00
SF-00319	Ar Condicionado	Válvulas	Filtro em Y 1"	un	10,00	135,10	1.351,01	19,10	160,91	1.609,10
SF-00320	Ar Condicionado	Válvulas	Filtro em Y 3/4"	un	50,00	102,93	5.146,50	19,10	122,59	6.129,50
SF-00321	Ar Condicionado	Válvulas	Válvula de balanceamento e controle independente da pressão (PIBCV) 2 vias 1"	un	10,00	806,80	8.068,01	19,10	960,90	9.609,00
SF-00322	Ar Condicionado	Válvulas	Válvula de balanceamento e controle independente da pressão (PIBCV) 2 vias 3/4"	un	50,00	703,69	35.184,50	19,10	838,09	41.904,50
SF-00323	Ar Condicionado	Válvulas	Válvula de esfera em bronze 1 1/2"	un	15,00	157,81	2.367,14	19,10	187,95	2.819,25
SF-00324	Ar Condicionado	Válvulas	Válvula de esfera em bronze 1 1/4"	un	15,00	130,27	1.954,03	19,10	155,15	2.327,25
SF-00325	Ar Condicionado	Válvulas	Válvula de esfera em bronze 1"	un	15,00	87,99	1.319,84	19,10	104,80	1.572,00
SF-00326	Ar Condicionado	Válvulas	Válvula de esfera em bronze 3/4"	un	115,00	65,20	7.497,83	19,10	77,65	8.929,75
SF-00327	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico em formato de prancha autoadesiva	m2	620,00	160,45	99.481,23	19,10	191,10	118.482,00



SENADO FEDERAL

SF-00328	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 1 1/8" / tubulações de ferro de 3/4"	m	610,00	26,02	15.874,48	19,10	30,99	18.903,90
SF-00329	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 1/2"	m	380,00	14,85	5.644,78	19,10	17,69	6.722,20
SF-00330	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 1/4"	m	380,00	11,62	4.416,80	19,10	13,84	5.259,20
SF-00331	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 3/4"	m	300,00	19,85	5.953,83	19,10	23,64	7.092,00
SF-00332	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 3/8"	m	720,00	13,24	9.533,04	19,10	15,77	11.354,40
SF-00333	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 5/8"	m	380,00	18,41	6.994,41	19,10	21,92	8.329,60
SF-00334	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 7/8" / tubulações de ferro de 1/2"	m	75,00	23,07	1.730,46	19,10	27,48	2.061,00
SF-00335	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre de 1"	m	25,00	23,90	597,50	19,10	28,46	711,50
SF-00336	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de ferro de 1 1/2"	m	75,00	40,94	3.070,65	19,10	48,76	3.657,00
SF-00337	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de ferro de 1 1/4"	m	75,00	36,51	2.738,28	19,10	43,48	3.261,00
SF-00338	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Isolamento elastomérico para tubulações de ferro de 1"	m	75,00	30,05	2.253,52	19,10	35,79	2.684,25
SF-00339	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Proteção mecânica em alumínio	m2	75,00	37,05	2.778,77	19,10	44,13	3.309,75
SF-00340	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de aço-carbono galvanizado 1 1/2"	m	75,00	105,96	7.946,83	19,10	126,20	9.465,00
SF-00341	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de aço-carbono galvanizado 1 1/4"	m	75,00	97,54	7.315,56	19,10	116,17	8.712,75
SF-00342	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de aço-carbono galvanizado 1"	m	75,00	76,77	5.757,79	19,10	91,43	6.857,25
SF-00343	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de aço-carbono galvanizado 3/4"	m	565,00	69,65	39.354,43	19,10	82,96	46.872,40



SENADO FEDERAL

SF-00344	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 1/2"	m	380,00	45,72	17.373,01	19,10	54,45	20.691,00
SF-00345	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 1/4"	m	380,00	22,60	8.588,19	19,10	26,92	10.229,60
SF-00346	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 3/4"	m	300,00	67,93	20.377,98	19,10	80,90	24.270,00
SF-00347	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 3/8"	m	720,00	34,07	24.532,42	19,10	40,58	29.217,60
SF-00348	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 5/8"	m	380,00	56,50	21.469,80	19,10	67,29	25.570,20
SF-00349	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 7/8"	m	75,00	49,24	3.693,27	19,10	58,65	4.398,75
SF-00350	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 1"	m	25,00	49,24	1.231,09	19,10	58,65	1.466,25
SF-00351	Ar Condicionado	Tubos e isolamento térmico	Tubo de cobre de 1 1/8"	m	45,00	61,99	2.789,55	19,10	73,83	3.322,35
SF-00354	Marcenaria e Serralheria	Armários Reaproveitado	Instalação de armários reaproveitados	m2	180,00	103,40	18.612,67	19,10	123,15	22.167,00
SF-00359	Marcenaria e Serralheria	Portas	Batentes e guarnições em madeira, com verniz ou esmalte	un	75,00	323,75	24.281,61	19,10	385,59	28.919,25
SF-00360	Marcenaria e Serralheria	Portas	Chapa de proteção para porta – Linha Acessibilidade	m2	5,00	136,93	684,63	19,10	163,08	815,40
SF-00361	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira 2,10x0,60m, pintada, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	20,00	315,24	6.304,84	19,10	375,45	7.509,00
SF-00362	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira 2,10x0,70m, pintada, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	30,00	330,83	9.924,91	19,10	394,02	11.820,60
SF-00363	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira 2,10x0,80m, pintada, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	40,00	398,01	15.920,43	19,10	474,03	18.961,20
SF-00364	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira 2,10x0,90m, pintada, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	15,00	451,49	6.772,31	19,10	537,72	8.065,80
SF-00365	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira 2,10x1,0m, pintada, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	10,00	483,96	4.839,56	19,10	576,39	5.763,90



SENADO FEDERAL

SF-00366	Marcenaria e Serralheria	Portas	Instalação de batentes de madeira reaproveitados	un	25,00	90,60	2.265,05	19,10	107,91	2.697,75
SF-00367	Marcenaria e Serralheria	Portas	Instalação de folhas de portas e dobradiças reaproveitadas	un	30,00	65,94	1.978,17	19,10	78,53	2.355,90
SF-00368	Marcenaria e Serralheria	Ferragens	Dobradiça para porta	un	360,00	52,75	18.988,65	19,10	62,82	22.615,20
SF-00369	Marcenaria e Serralheria	Ferragens	Fechadura para banheiro maçaneta em barra	un	15,00	172,40	2.585,97	19,10	205,33	3.079,95
SF-00370	Marcenaria e Serralheria	Ferragens	Fechadura para porta externa maçaneta em barra	un	20,00	196,76	3.935,26	19,10	234,34	4.686,80
SF-00371	Marcenaria e Serralheria	Ferragens	Fechadura para porta interna maçaneta tubular	un	145,00	929,41	134.764,87	19,10	1.106,93	160.504,85
SF-00372	Marcenaria e Serralheria	Ferragens	Instalação de fechadura/puxador de porta reaproveitados	m	25,00	32,89	822,32	19,10	39,18	979,50
SF-00373	Marcenaria e Serralheria	Ferragens	Mola hidráulica aérea	un	20,00	291,24	5.824,84	19,10	346,87	6.937,40
SF-00374	Marcenaria e Serralheria	Ferragens	Pivô em latão com acabamento cromado para portas pivotantes	un	20,00	79,57	1.591,32	19,10	94,76	1.895,20
SF-00375	Rede e Telefonia	Rede	Cabo de dados tipo UTP, tipo LSZH, categoria 6	m	15.000,00	7,70	115.428,81	19,10	9,17	137.550,00
SF-00376	Rede e Telefonia	Rede	Módulo (tomada) de rede RJ45, categoria 6, com conectorização e certificação	un	500,00	81,64	40.822,24	19,10	97,24	48.620,00
SF-00377	Rede e Telefonia	Rede	Painel de distribuição (patch panel) de 24 portas, categoria 6	un	25,00	2.212,79	55.319,80	19,10	2.635,44	65.886,00
SF-00378	Rede e Telefonia	Telefonia	Cabo de telefonia tipo CCI 50x2	m	9.000,00	4,14	37.284,75	19,10	4,93	44.370,00
SF-00379	Rede e Telefonia	Telefonia	Módulo (tomada) de rede RJ45, para telefonia	un	835,00	51,27	42.808,56	19,10	61,06	50.985,10
SF-00380	Ar Condicionado	Difusores e Grelhas	Grelha para retorno para portas, divisórias e paredes 525x325 mm	un	75,00	334,20	25.064,68	19,10	398,03	29.852,25
SF-00847	Civil	Vidro Comum Reaproveitado	Corte em vidro ou espelho reaproveitado	m	20,00	20,69	413,82	19,10	24,64	492,80



SENADO FEDERAL

SF-00898	Civil	Estrutural	Armação de aço CA-50 bitolas de 5,0mm a 8,00mm	kg	100,00	14,69	1.468,91	19,10	17,49	1.749,00
SF-00915	Civil	Estrutural	Graute industrializado, fck ≥ 25MPa	m3	1,00	4.172,06	4.172,06	19,10	4.968,93	4.968,93
SF-00916	Civil	Estrutural	Armação de aço CA-50 bitolas de 10,0mm a 12,50mm	kg	100,00	11,26	1.125,77	19,10	13,41	1.341,00
SF-00917	Civil	Estrutural	Armação de aço CA-50 bitolas de 16,0mm a 25,0mm	kg	100,00	10,98	1.097,94	19,10	13,08	1.308,00
SF-00918	Civil	Serviços Preliminares	Remoção de mola hidráulica de piso	un	15,00	22,76	341,40	19,10	27,11	406,65
SF-00919	Civil	Escavação e Reaterro	Escavação manual de valas	m3	15,00	72,87	1.093,07	19,10	86,79	1.301,85
SF-00920	Civil	Escavação e Reaterro	Reaterro de vala com compactação mecanizada	m3	15,00	26,57	398,49	19,10	31,64	474,60
SF-00921	Civil	Escavação e Reaterro	Aterro de vala com compactação mecanizada	m3	15,00	188,58	2.828,75	19,10	224,60	3.369,00
SF-00922	Hidrossanitário	Tubos	Tubo de cobre classe "E" 22mm	m	10,00	63,52	635,20	19,10	75,65	756,50
SF-00923	Hidrossanitário	Tubos	Tubo de cobre classe "E" 28 mm	m	10,00	79,63	796,29	19,10	94,84	948,40
SF-00924	Hidrossanitário	Tubos	Tubo de cobre classe "E" 42mm	m	10,00	145,83	1.458,27	19,10	173,68	1.736,80
SF-00925	Hidrossanitário	Acessibilidade	Bacia conforto (h=44cm) com assento poliéster e acessórios – Linha Acessibilidade	un	5,00	799,91	3.999,53	19,10	952,69	4.763,45
SF-00926	Hidrossanitário	Acessibilidade	Assento para bacia convencional - Linha Acessibilidade	un	20,00	1.273,62	25.472,44	19,10	1.516,88	30.337,60
SF-00927	Hidrossanitário	Registros e Válvulas	Base registro de gaveta 1 1/2"	un	10,00	113,74	1.137,42	19,10	135,47	1.354,70
SF-00937	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Montagem e desmontagem de andaime fachadeiro	m2	265,00	8,56	2.268,27	19,10	10,19	2.700,35
SF-00938	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Montagem e desmontagem de andaime tubular	m	55,00	15,84	871,16	19,10	18,86	1.037,30
SF-00939	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Tensor com indicador de tensão para linha de vida	un	4,00	1.680,00	6.720,00	19,10	2.000,88	8.003,52



SENADO FEDERAL

SF-00940	Serviços de Apoio	Segurança do Trabalho	Locação de fechamento para andaimes com tela 100% polietileno	m2 x mês	265,00	4,34	1.148,86	19,10	5,16	1.367,40
SF-00945	Marcenaria e Serralheria	Portas	Porta para box de banheiro em laminado estrutural	un	20,00	769,42	15.388,40	19,10	916,38	18.327,60
SF-00978	Civil	Impermeabilização	Adesivo Selante Poliuretano – fornecimento e aplicação	m	20,00	18,26	365,18	19,10	21,75	435,00
SF-01014	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Piso vinílico semiflexível	m2	300,00	112,39	33.717,40	19,10	133,86	40.158,00
SF-01108	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Porcelanato para revestimento de superfícies internas e externas – Linha Residencial	m2	225,00	126,68	28.503,71	19,10	150,88	33.948,00
SF-01110	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Piso vinílico flexível em manta	m2	400,00	330,39	132.155,15	19,10	393,49	157.396,00
SF-01113	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Lixamento, calafetação e aplicação de sinteco em piso de madeira - Linha Residencial	m2	600,00	49,52	29.714,10	19,10	58,98	35.388,00
SF-01114	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Piso em taco de madeira – Linha Residencial	m2	400,00	223,25	89.300,09	19,10	265,89	106.356,00
SF-01116	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Piso sintético flutuante – Linha Residencial	m2	380,00	98,27	37.340,92	19,10	117,03	44.471,40
SF-01133	Civil	Cobertura	Telha metálica trapezoidal galvanizada - GR-40 / NT 40/980	m2	600,00	71,59	42.955,93	19,10	85,27	51.162,00
SF-01160	Civil	Cobertura	Calha em Chapa de Aço Galvanizado nº 24	m2	125,00	180,54	22.568,03	19,10	215,03	26.878,75
SF-01161	Civil	Cobertura	Rufo em Chapa de Aço Galvanizado nº 24	m2	40,00	208,71	8.348,57	19,10	248,58	9.943,20
SF-01251	Hidrossanitário	Louças	Bacia convencional – Linha Residencial	un	20,00	903,40	18.068,00	19,10	1.075,95	21.519,00
SF-01252	Hidrossanitário	Louças	Bidê 3 furos - Linha Residencial	un	15,00	675,87	10.138,05	19,10	804,96	12.074,40
SF-01255	Hidrossanitário	Metais	Chuveiro de metal com tubo de parede – Linha Residencial	un	25,00	324,53	8.113,30	19,10	386,52	9.663,00
SF-01256	Hidrossanitário	Metais	Misturador para bidê - Linha Residencial	un	15,00	1.108,76	16.631,36	19,10	1.320,53	19.807,95
SF-01257	Hidrossanitário	Metais	Misturador de mesa para cozinha bica móvel – Linha Residencial	un	15,00	627,96	9.419,42	19,10	747,90	11.218,50



SENADO FEDERAL

SF-01258	Hidrossanitário	Metais	Misturador de mesa para lavatório bica alta – Linha Residencial	un	15,00	608,49	9.127,31	19,10	724,71	10.870,65
SF-01259	Hidrossanitário	Metais	Misturador de parede para cozinha – Linha Residencial	un	15,00	856,74	12.851,12	19,10	1.020,38	15.305,70
SF-01261	Elétrica	Iluminação	Luminária tipo arandela – Linha Residencial	un	20,00	72,42	1.448,33	19,10	86,25	1.725,00
SF-01262	Hidrossanitário	Metais	Tê misturador de transição 1/2" ou 3/4" – Linha Residencial	un	15,00	39,18	587,77	19,10	46,67	700,05
SF-01263	Hidrossanitário	Metais	Base para válvula de descarga 1 1/2	un	10,00	158,42	1.584,25	19,10	188,68	1.886,80
SF-01264	Hidrossanitário	Metais	Base para válvula de descarga 1 1/4	un	10,00	170,70	1.707,05	19,10	203,31	2.033,10
SF-01265	Hidrossanitário	Plástico	Anel de Vedação para bacia sanitária	un	10,00	16,82	168,23	19,10	20,04	200,40
SF-01266	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira e MDF 2,10x0,60m, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	10,00	266,97	2.669,69	19,10	317,96	3.179,60
SF-01267	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira e MDF 2,10x0,70m, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	15,00	290,74	4.361,05	19,10	346,27	5.194,05
SF-01268	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira e MDF 2,10x0,80m, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	15,00	327,02	4.905,24	19,10	389,48	5.842,20
SF-01269	Marcenaria e Serralheria	Portas	Folha de porta em madeira e MDF 2,10x0,90m, com ou sem bandeira, e dobradiças	un	10,00	364,15	3.641,51	19,10	433,70	4.337,00
SF-01270	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de boiler	un	15,00	78,81	1.182,12	19,10	93,86	1.407,90
SF-01271	Serviços de Apoio	Serviços Preliminares	Remoção de tacos de madeira	m2	400,00	26,23	10.490,74	19,10	31,24	12.496,00
SF-01273	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Instalação de tacos de madeira reaproveitados	m2	115,00	42,32	4.867,22	19,10	50,41	5.797,15
SF-01278	Civil	Cortinas Reaproveitada	Instalação de cortinas reaproveitadas	m	40,00	9,74	389,50	19,10	11,60	464,00
SF-01279	Hidrossanitários	Tubos	Tubo CPVC soldável 22mm – Linha Residencial	m	30,00	29,11	873,45	19,10	34,68	1.040,40



SENADO FEDERAL

SF-01280	Hidrossanitários	Tubos	Tube CPVC soldável 28mm – Linha Residencial	m	30,00	40,48	1.214,42	19,10	48,21	1.446,30
SF-01281	Hidrossanitário	Metais	Instalação de bidê reaproveitado	un	4,00	82,03	328,12	19,10	97,70	390,80
SF-01282	Hidrossanitário	Acessórios	Aquecedor elétrico para pia – Linha Residencial	un	15,00	806,78	12.101,67	19,10	960,87	14.413,05
SF-01283	Hidrossanitário	Metais	Chuveiro elétrico – Linha Residencial	un	30,00	298,82	8.964,65	19,10	355,90	10.677,00
SF-01284	Hidrossanitário	Acessórios	Instalação de boiler reaproveitado	un	10,00	263,18	2.631,79	19,10	313,45	3.134,50
SF-01285	Hidrossanitário	Acessórios	Prateleira – Linha Residencial	un	30,00	350,34	10.510,35	19,10	417,26	12.517,80
SF-01286	Hidrossanitário	Acessórios	Saboneteira – Linha Residencial	un	30,00	242,07	7.262,06	19,10	288,30	8.649,00
SF-01287	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo campainha eletrônica – Linha Residencial	un	15,00	142,72	2.140,78	19,10	169,98	2.549,70
SF-01288	Elétrica	Interruptores e Tomadas	Módulo pulsador – Linha Residencial	un	15,00	16,51	247,70	19,10	19,67	295,05
SF-01289	Elétrica	Iluminação	Luminária redonda de sobrepor (plafond) – Linha Residencial	un	30,00	93,29	2.798,62	19,10	111,11	3.333,30
SF-01295	Civil	Portas	Bandeira de porta, em madeira e MDF	m2	25,00	219,26	5.481,45	19,10	261,14	6.528,50
SF-01296	Civil	Portas	Bandeira de porta, em madeira pintada	m2	15,00	238,41	3.576,16	19,10	283,95	4.259,25
SF-01330	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado split hi-wall inverter 18.000 BTU/h	un	30,00	4.034,09	121.022,70	11,26	4.488,33	134.649,90
SF-01336	Elétrica	Infraestrutura	Eletroduto de PEAD de 2”	m	400,00	11,57	4.626,90	19,10	13,78	5.512,00
SF-01352	Elétrica	Infraestrutura	Condulete de alumínio de 2”	un	150,00	78,56	11.784,39	19,10	93,57	14.035,50
SF-02331	Elétrica	Tomadas	Filtro de linha 3 tomadas (material)	un	35,00	29,50	1.032,50	19,10	35,13	1.229,55
SF-02689	Civil	Serviços Preliminares	Demolição de Revestimento de Piso Vinílico	m2	600,00	18,82	11.291,13	19,10	22,41	13.446,00
SF-02690	Civil	Serviços Preliminares	Remoção de telhas de fibrocimento, metálica ou cerâmica	m2	600,00	2,99	1.796,84	19,10	3,57	2.142,00



SENADO FEDERAL

SF-03260	Elétrica	Quadros	Quadro elétrico TTA (18 disjuntores terminais)	un	15,00	7.158,68	107.380,15	11,26	7.964,74	119.471,10
SF-03261	Elétrica	Infraestrutura	Condutele de alumínio de 3/4"	un	600,00	39,73	23.840,38	19,10	47,32	28.392,00
SF-03263	Ar Condicionado	Equipamentos Terminais e Unitários	Ar-condicionado split dutado 24.000 BTU/h	un	15,00	5.049,00	75.735,00	11,26	5.617,52	84.262,80
SF-03264	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Cerâmica para revestimento de PAREDES de superfícies internas	m2	300,00	95,93	28.779,22	19,10	114,25	34.275,00
SF-03265	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Cerâmica para revestimento de pisos de superfícies internas	m2	350,00	83,51	29.228,75	19,10	99,46	34.811,00
SF-03266	Civil	Pisos, Revestimentos e Pavimentação	Cerâmica de linha industrial para revestimento de PISOS E PAREDES de superfícies internas e externas	m2	300,00	175,15	52.544,62	19,10	208,60	62.580,00

ITEM 1	UN	QUANT. TOTAL	-	-	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Unidade	1	-	-	11.129.873,48	13.010.491,99

Item 2 - Serviços de Marcenaria

SUB ITEM	GRANDE ÁREA	CATEGORIA	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT. TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SF-00352	Marcenaria e Serralheria	Armários	Armário em MDF laminado com porta e prateleiras	m2	400,00	620,86	248.344,00	0,00	620,86	248.344,00
SF-00353	Marcenaria e Serralheria	Armários	Armário em MDF laminado com módulo de gaveta (sem porta)	m2	180,00	804,12	144.741,60	0,00	804,12	144.741,60



SENADO FEDERAL

SF-00355	Marcenaria e Serralheria	Armários	Mesa/tampo de MDF, fixada em parede com mão-francesa	m2	20,00	214,72	4.294,32	19,10	255,73	5.114,60
SF-00356	Marcenaria e Serralheria	Armários	Painel de TV em Compensado	m2	40,00	267,47	10.698,79	19,10	318,56	12.742,40
SF-00357	Marcenaria e Serralheria	Armários	Painel de TV em MDF	m2	45,00	170,30	7.663,71	19,10	202,83	9.127,35
SF-01291	Marcenaria e Serralheria	Armários	Armário em MDF laminado com porta e módulo de gaveta – Linha Residencial	m2	225,00	804,12	180.927,00	0,00	804,12	180.927,00

ITEM 2	UN	QUANT. TOTAL	-	-	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SERVIÇOS DE MARCENARIA	Unidade	1	-	-	596.669,42	600.996,95

Item 3 - Vidros e Películas

SUB ITEM	GRANDE ÁREA	CATEGORIA	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT. TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SF-00154	Civil	Vidro Comum	Espelho cristal, e=5 mm	m2	100,00	854,09	85.408,80	19,10	1.017,22	101.722,00
SF-00157	Civil	Vidro Vidro Recozido	Vidro liso comum transparente 4mm	m²	20,00	132,75	2.654,97	19,10	158,10	3.162,00
SF -00158	Civil	Vidro Vidro Recozido	Vidro liso comum transparente 6mm	m²	10,00	155,28	1.552,84	19,10	184,94	1.849,40
SF-00160	Civil	Vidro Temperado	Mola hidráulica de piso	un	25,00	1.018,77	25.469,33	19,10	1.213,36	30.334,00
SF-00165	Civil	Película	Película jateada	m2	80,00	82,20	6.576,00	19,10	97,90	7.832,00
SF-01253	Civil	Vidro Temperado	Divisória de Vidro temperado para box de correr e ferragens – Linha Residencial	m2	25,00	400,28	10.007,00	19,10	476,73	11.918,25



SENADO FEDERAL

SF-01254	Civil	Vidro Temperado	Divisória de Vidro temperado para box com porta de giro e ferragens – Linha Residencial	m2	25,00	424,41	10.610,25	19,10	505,47	12.636,75
----------	-------	-----------------	---	----	-------	--------	-----------	-------	--------	-----------

ITEM 3	UN	QUANT. TOTAL	-	-	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
VIDROS E PELÍCULAS	Unidade	1	-	-	142.279,19	169.454,40

Item 4 - Persianas e Cortinas

SUB ITEM	GRANDE ÁREA	CATEGORIA	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT. TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SF-00163	Civil	Persiana em Juta	Persiana vertical em tecido Juta Resinado sem blecaute de 90mm, cor bege	m2	400,00	138,64	55.456,00	0,00	138,64	55.456,00
SF-00164	Civil	Persiana em Tecido Sintético	Persiana vertical em tecido sintético sem blecaute de 90mm, cores verde escuro ou branca	m2	300,00	148,28	44.484,00	0,00	148,28	44.484,00
SF-03267	Civil	Cortinas	Cortina de Linho Sintético – Linha Residencial	m	500,00	114,68	57.340,00	0,00	114,68	57.340,00
SF-03268	Civil	Cortinas	Forro de Cortina em Microfibra – Linha Residencial	m	200,00	84,32	16.864,00	0,00	84,32	16.864,00
SF-03269	Civil	Cortinas	Trilho Duplo em Alumínio para Cortinas – Linha Residencial	m	100,00	66,65	6.665,00	0,00	66,65	6.665,00
SF-03270	Civil	Cortinas	Trilho Triplo em Alumínio para Cortinas – Linha Residencial	m	300,00	70,28	21.084,00	0,00	70,28	21.084,00
SF-03271	Civil	Cortinas	Trilho Simples em Alumínio para Cortinas – Linha Residencial	m	50,00	56,43	2.821,50	0,00	56,43	2.821,50
SF-03272	Civil	Cortinas	Varão Duplo Cromado para Cortinas – Linha Residencial	m	150,00	150,00	22.500,00	0,00	150,00	22.500,00
SF-03273	Civil	Cortinas	Cortina tipo Blecaute – Linha Residencial	m	300,00	203,62	61.086,00	0,00	203,62	61.086,00



SENADO FEDERAL

ITEM 4	UN	QUANT. TOTAL	-	-	- PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
PERSIANAS E CORTINAS	Unidade	1	-	-	288.300,50	288.300,50

CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	12.157.122,59
CUSTO TOTAL DA LICITAÇÃO(R\$)	14.069.243,84



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/____

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 4

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

OBS: A Planilha de Composição de custo unitário será disponibilizada às licitantes, juntamente com o edital, no sistema Compras.gov.br.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 5

BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI

BDI Edificações		
Componentes do BDI	<u>Cálculo sem CPRB</u> (não-desonerado)	<u>Cálculo com CPRB</u> (desonerado)
	% considerado	% considerado
AC	3,50%	3,50%
S+G	0,80%	0,80%
R	1,25%	1,25%
DF	0,76%	0,76%
L	6,78%	6,78%
PIS	0,65%	0,65%
COFINS	3,00%	3,00%
CPRB	0,00%	4,50%
ISS	1,00%	1,00%
BDI Edificações	19,10%	25,00%

BDI mero fornecimento		
Componentes do BDI	<u>Cálculo sem CPRB</u> (não-desonerado)	<u>Cálculo com CPRB</u> (desonerado)
	% considerado	% considerado
AC	1,75%	1,75%
S+G	0,39%	0,39%
R	0,56%	0,56%
DF	0,85%	0,85%
L	3,50%	3,50%
PIS	0,65%	0,65%
COFINS	3,00%	3,00%
CPRB	0,00%	4,50%
ISS	0,00%	0,00%
BDI mero fornecimento	11,26%	16,71%



SENADO FEDERAL

Referências TCU - BDI Edificações			
Componentes do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC	3,00%	4,00%	5,50%
S+G	0,80%	0,80%	1,00%
R	0,97%	1,27%	1,27%
DF	0,59%	1,23%	1,39%
L	6,16%	7,40%	8,96%
BDI Edificações	20,34%	22,12%	25,00%

Referências TCU - BDI mero fornecimento			
Componentes do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC	1,50%	3,45%	4,49%
S+G	0,30%	0,48%	0,82%
R	0,56%	0,85%	0,89%
DF	0,85%	0,85%	1,11%
L	3,50%	5,11%	6,22%
BDI mero fornecimento	11,10%	14,02%	16,80%

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 6

DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

A. INTRODUÇÃO

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá observar as Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde detalhadas a seguir.
2. Este anexo detalha os deveres e as responsabilidades da Contratada, sem, contudo, esgotar a matéria. Para isso, repassa as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do Senado Federal e da Contratada, além de promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste anexo, a Contratada deve atender os requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito distrital e federal.

B. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

4. As ações de segurança do trabalho (projeto e execução) deverão estar vinculadas a uma ou mais ARTs registradas no CREA ou CAU, devendo permanecer vigentes durante a duração do contrato.
5. No campo “Atividades Desempenhadas”, a ART deverá indicar expressamente “projeto e execução de todas as ações de segurança do trabalho relacionadas ao [indicar o número do contrato ou registro do preço no Senado Federal], durante toda a sua vigência, celebrado entre a [nome da empresa contratada] e o Senado Federal”.
6. A Contratada poderá contratar um ou mais profissionais para o “projeto” e outro ou outros para acompanhar a “execução”, contanto que as ARTs, conjuntamente, abranjam as atividades exigidas acima, “projeto e execução”.



SENADO FEDERAL

7. Todo estudo, planta ou relatório relacionado à segurança do trabalho deverá indicar o nome do profissional responsável pela sua elaboração e o número da ART a que esse estudo, planta ou relatório estará vinculado.

C. PROTEÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL

8. Prioritariamente, a Contratada deverá projetar e adotar medidas de proteção coletiva capazes, nesta ordem, de eliminar ou reduzir os riscos à saúde e à incolumidade física dos seus trabalhadores e de seus subcontratados. Quando as medidas de proteção coletiva se mostrarem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para eliminar os riscos, a Contratada adotará outras medidas, obedecendo-se à seguinte hierarquia:

- a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;
- b) utilização de equipamento de proteção individual (EPI).

9. Os EPIs devem ser adequados ao risco e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento. O uso é obrigatório nas condições indicadas no item 6.3 da NR-6, a saber:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

10. A seleção e especificação técnica final e exaustiva das proteções coletivas e individuais faz parte das atribuições da Contratada, valendo-se do seu Projetista de Segurança do Trabalho. As medidas de proteção coletiva e os EPIs que constam das planilhas de composição de custo representam apenas os recursos mínimos considerados para estimar o custo médio de cada posto de trabalho.

11. Além disso, o projetista da Contratada deverá prescrever outras medidas de proteção coletiva e EPIs apurados durante a realização dos projetos de segurança do trabalho. As novas medidas e novos EPIs indicados nos projetos de segurança, embora também de fornecimento obrigatório pela Contratada, não estarão sujeitos a reembolso por parte do Senado Federal.

12. Existe presunção legítima do Senado Federal de que as empresas licitantes possuam experiência prévia na realização das atividades objeto da contratação, com plena observância das normas de segurança do trabalho. Portanto, têm plena consciência e competência para estimar os custos diretos e indiretos, permanentes e eventuais desse tipo de atividade no momento da apresentação dos lances e da proposta comercial final da licitante vencedora.

13. Durante o período de vistorias previsto no edital, as empresas licitantes terão a liberdade de revisar *in loco* todos os procedimentos realizados, identificar perigos e apurar todos os custos relacionados à execução do objeto antes de apresentar os seus lances e a proposta comercial final.



SENADO FEDERAL

14. A Contratada não apenas empregará os equipamentos e medidas de proteção coletiva, mas também fornecerá aos seus funcionários e subcontratados todos os EPIs especificados pelo seu Projetista de Segurança do Trabalho, bem como os porventura exigidos por regramento oficial, federal ou local. Cumprirá, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 – Disposições Gerais; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 – Trabalho em Altura. Alguns exemplos de equipamentos, entre outros:
15. A Contratada deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
16. A Contratada deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI e EPC, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância.
17. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à Contratada corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
18. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
19. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
20. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
21. Caberá à Contratada comunicar à FISCALIZAÇÃO e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
22. O Senado Federal realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
23. A Contratada deverá indicar e manter durante a execução do Contrato Responsáveis Técnicos pelos serviços.



SENADO FEDERAL

D. SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

24. Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas até de média tensão, seguindo fielmente as orientações elaboradas pelo Projetista de Segurança do Trabalho da Contratada.

25. Os funcionários responsáveis pela operação e manutenção de equipamentos localizados dentro da galeria técnica do Senado Federal deverão ser capacitados na norma NR-10 e utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas de média tensão, seguindo as orientações elaboradas pelo Projetista de Segurança do Trabalho da Contratada.

E. TRABALHO EM ESPAÇOS CONFINADOS

26. Conforme a norma NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados, considera-se espaço confinado qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir a deficiência ou enriquecimento de oxigênio.

27. Nos trabalhos em eventuais espaços confinados existentes nas dependências do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, de acordo com a situação de risco existente, a Contratada deverá seguir e atender às normas NBR 14787 e NR 33, dispor de sinalizações e barreiras necessárias, funcionários treinados, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação e iluminação e equipamentos de resgate necessários.

28. A Contratada deverá inclusive realizar quaisquer ensaios necessários para o reconhecimento e identificação dos espaços confinados existentes (incluindo possíveis testes quanto aos níveis de oxigênio, inflamáveis, gases/vapores tóxicos, poeiras/fumos/névoa tóxicos – conforme item 2 do Anexo A da norma NBR 14787:2002).

Permissão de Entrada e Trabalho – PET em espaços confinados

29. Para os trabalhos em eventuais espaços confinados, o acesso a esses somente deve ser liberado por funcionários da Contratada treinados e apenas após a emissão, por escrito, da Permissão de Entrada e Trabalho –PET – inclusive conforme Anexo II da norma NR 33. A PET deve conter o conjunto de medidas de controle visando à entrada e desenvolvimento de trabalho seguro, além de medidas de emergência e resgate em espaços confinados.

30. A PET deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à FISCALIZAÇÃO, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.



SENADO FEDERAL

F. PROTEÇÃO DO TRABALHO EM ALTURA

31. Deverão ser tomadas pela Contratada, além das medidas gerais de segurança do trabalho, as medidas para proteção dos seus empregados em trabalhos realizados em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura. Conforme a norma NR 35, considera-se trabalho em altura toda a atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.

32. Todas as atividades com risco para os trabalhadores devem ser precedidas de análise e o trabalhador deve ser informado sobre estes riscos e sobre as medidas de proteção implantadas pela empresa, conforme estabelece a norma NR 1 – Disposições Gerais. As determinações da norma NR 35 não isentam a Contratada da adoção de medidas para eliminar, reduzir ou neutralizar os riscos nos trabalhos realizados em altura igual ou inferior a 2,00 m.

33. Nas lacunas da norma NR 35 deverão ser buscados os dispositivos aplicáveis ao trabalho em altura nas demais normas regulamentadoras, normas técnicas nacionais ou internacionais e legislações vigentes aplicáveis.

34. Caberá à Contratada garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:

34.1 Elaborar, emitir e encaminhar à FISCALIZAÇÃO as **Análises de Risco – AR, Permissões de Trabalho – PT e Procedimentos Operacionais**, nas situações previstas na norma NR 35;

34.2 Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;

34.3 Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;

34.4 Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;

34.5 Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;

34.6 Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à FISCALIZAÇÃO;

34.7 Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;



SENADO FEDERAL

34.8 Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;

34.9 Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;

34.10 Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela Contratada;

34.11 Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à FISCALIZAÇÃO;

34.12 Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;

34.13 Dispor de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e

34.14 Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela FISCALIZAÇÃO para averiguação.

35. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela Contratada, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:

35.1 Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e

35.2 Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

Análise de Risco – AR para trabalhos em altura

36. Todo trabalho em altura deverá ser precedido de Análise de Risco. Análise de risco é um método sistemático de exame e avaliação de todas as etapas e elementos de um determinado trabalho para:

36.1 Desenvolver e racionalizar toda a sequência de operações que o trabalhador executará;



SENADO FEDERAL

- 36.2 Identificar os riscos potenciais de acidentes físicos e materiais; e
- 36.3 Identificar e corrigir problemas operacionais e implementar a maneira correta para execução de cada etapa do trabalho com segurança.
- 37. A Análise de Risco deve ser documentada e é fundamentada em metodologia de avaliação e procedimentos conhecidos, divulgados e praticados e, principalmente, aceitos pelo poder público, órgãos e entidades técnicas.
- 38. A Análise de Risco, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura, deve considerar:
 - 38.1 O local em que os serviços serão executados e seu entorno;
 - 38.2 O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;
 - 38.3 O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;
 - 38.4 As condições meteorológicas adversas;
 - 38.5 A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;
 - 38.6 O risco de queda de materiais e ferramentas;
 - 38.7 Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
 - 38.8 O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;
 - 38.9 Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento, etc.;
 - 38.10 As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;
 - 38.11 As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;
 - 38.12 A necessidade de sistema de comunicação; e
 - 38.13 A forma de supervisão.

Procedimento Operacional para trabalhos em altura

- 39. Para atividades rotineiras de trabalho em altura a Análise de Risco poderá estar contemplada no respectivo Procedimento Operacional. As atividades rotineiras são aquelas



SENADO FEDERAL

habituais, independente da frequência, que fazem parte do processo de trabalho da empresa. A Análise de Risco poderá estar contemplada nos Procedimentos Operacionais dessas atividades. Muitas atividades são executadas rotineiramente nas empresas. O disposto neste item diz respeito a excluir a obrigatoriedade de realização de uma Análise de Risco documentada anteriormente a cada momento de execução destas atividades, desde que os requisitos técnicos da Análise de Risco estejam contidos nos respectivos Procedimentos Operacionais.

40. O Procedimento Operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura deve conter, no mínimo, as diretrizes e requisitos da tarefa, as orientações administrativas, o detalhamento da tarefa, as medidas de controle dos riscos característicos à rotina, as condições impeditivas, os sistemas de proteção coletiva e individual necessários e as competências e responsabilidades.

Permissão de Trabalho para trabalhos em altura

41. As atividades de trabalho em altura não rotineiras devem ser previamente autorizadas pelos Responsáveis Técnicos da Contratada mediante Permissão de Trabalho.

42. A Permissão de Trabalho deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à FISCALIZAÇÃO, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.

43. A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos, as disposições e medidas estabelecidas na Análise de Risco além da relação de todos os envolvidos e suas autorizações.

44. A Permissão de Trabalho deve ter validade limitada à duração da atividade, restrita ao turno de trabalho, podendo ser revalidada pelo responsável pela aprovação nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho.

G. ANDAIMES

45. Os andaimes serão montados sempre que for necessário executar trabalhos em lugares elevados, onde eles não possam ser realizados com segurança a partir do piso da edificação e cujo tempo de duração, tipo de atividade ou normas de segurança não permitam o uso de escadas.

46. O planejamento e a montagem de qualquer tipo de andaimes seguirão estritamente as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-1, NR-18 e NR-35.

47. Serão tomadas precauções especiais quando da montagem ou movimentação de andaimes próximos a redes de energia elétrica. Os andaimes não serão sobrecarregados além do limite



SENADO FEDERAL

previsto, mantendo-se a carga de trabalho distribuída no estrado, de maneira uniforme, sem obstruir a circulação de pessoas.

48. Não será permitido o acúmulo de fragmentos, ferramentas ou quaisquer materiais sobre os andaimes, de maneira a oferecerem perigo ou risco aos trabalhadores ou pessoas estranhas ao serviço, ou risco de dano ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros.

49. Não será permitido sobre os estrados dos andaimes a utilização de escadas ou outros meios para atingir lugares mais altos.

50. Não será permitido o trabalho em andaimes externos, de qualquer tipo, quando da ocorrência de ventos fortes.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 7

<p>DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO, COMUNICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO</p>
--

A. PLANEJAMENTO

1. No âmbito desse Edital, são considerados documentos de Planejamento físico-financeiro: Cronograma Físico-Financeiro; e Histograma da intervenção. Esses documentos poderão ser elaborados pelo Senado Federal, ou poderão ser solicitados à Contratada, para elaboração conforme item presente no Registro de Preços e as especificações abaixo.
2. No caso de o Senado Federal elaborar o Planejamento físico-financeiro:
 - 2.1. A Fiscalização encaminhará à Contratada, por meio de correio eletrônico, e antes da celebração do termo contratual, todos os projetos e a proposta de Cronograma Físico-Financeiro.
 - 2.2. Em até 5 dias úteis do recebimento do correio eletrônico com os projetos e a proposta de Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada deverá responder ao Senado Federal com:
 - 2.2.1. Alocação no Cronograma Físico-Financeiro dos recursos que serão utilizados para a execução de cada serviço/atividade (profissionais, materiais, etc.).
 - 2.2.2. Identificação e comentário do Cronograma Físico-Financeiro quanto a eventuais problemas e dúvidas relacionadas aos atributos dos serviços/atividades planejados e do projeto.
 - 2.2.3. Compromisso formal com a execução do Cronograma Físico-Financeiro e do Projeto.
3. A Fiscalização poderá requerer da Contratada as informações técnicas necessárias (produtividade e modo de execução, por exemplo) para fins de elaboração do Cronograma Físico-Financeiro.
4. A Fiscalização poderá solicitar reuniões com a Contratada para discussão do planejamento da intervenção.
5. A Contratada deverá executar os serviços/atividades conforme sequência, prazos e recursos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro.



SENADO FEDERAL

6. A Fiscalização poderá solicitar a formalização de prazos e datas específicas de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços subcontratados pela Contratada.
7. A Fiscalização poderá incorporar ao Cronograma Físico-Financeiro eventuais ocorrências que afetem o regular funcionamento das atividades do Senado Federal (extensão e compressão no prazo de atividades; previsão de suspensão de atividades, por exemplo).
8. O Índice de Realização Física do Contrato – IRF é definido como a relação entre o percentual realizado acumulado de execução e o percentual planejado acumulado de execução da intervenção: $(\%) \text{ Realizado Acumulado} / (\%) \text{ Planejado Acumulado}$.
9. A revisão dos documentos de planejamento inicialmente aprovados poderá ser autorizada pela Fiscalização nos seguintes casos:
 - 9.1. Abono de prazo concedidos pelo Senado Federal;
 - 9.2. Índice de Realização Física do Contrato – IRF abaixo de 65%; ou
 - 9.3. Outra razão julgada relevante pela Fiscalização.
10. O replanejamento que não tenha sido motivado por abono de prazo concedido pelo Senado Federal, inclusive aquele com base no IRF (abaixo de 65%), não poderá alterar a data de término da intervenção estabelecida em contrato.

B. COMUNICAÇÃO

11. Toda comunicação técnica da Contratada ao Senado Federal, relacionada à intervenção, deverá ser destinada à Fiscalização por meio dos documentos estabelecidos nesse edital.
12. A Contratada deverá formalizar toda comunicação relacionada à intervenção em Relatório Diário de Obra (RDO) e encaminhado ao endereço eletrônico (e-mail) indicado pela Fiscalização conforme MODELO 1, abaixo.
13. A Fiscalização poderá formalizar as comunicações e decisões de reuniões técnicas em atas elaboradas e encaminhadas por meio eletrônico.
14. Assuntos diversos que requeiram ação mais célere e urgente da Fiscalização deverão ser imediatamente comunicados através de contato telefônico ou verbal e, posteriormente, formalizados através de correio eletrônico e/ou documentos próprios previstos nesse edital.
15. Compete apenas à Fiscalização decidir sobre a paralização de serviços, bem como aprovar o respectivo registro da paralização e do seu eventual impacto no RDO.
16. Desde de o início do contrato, a Contratada deverá disponibilizar no local da intervenção, em formato especificado pela Fiscalização, os seguintes documentos, impressos em papel, e em lugar de fácil acesso:
 - 16.1. Cronograma Físico-Financeiro;
 - 16.2. Projetos (Arquitetônico e de Instalações);
 - 16.3. Anotação de Responsabilidade Técnica da execução;



SENADO FEDERAL

C. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

17. A Fiscalização poderá solicitar reuniões periódicas à Contratada para acompanhamento da evolução dos serviços, bem como discutir questões técnicas de qualidade e gestão.

18. Qualquer necessidade de alteração no projeto (inclusive com a inclusão de novos serviços) durante a execução da intervenção deverá ser formalizada pelo proponente da alteração (Contratada, Fiscalização ou Demandante) por meio de formulário específico de solicitação de mudança de projeto, conforme MODELO 2, contendo também;

18.1. Identificação de eventuais impactos em prazos e custos; e

18.2. Identificação dos riscos e oportunidades que possam impactar no sucesso da intervenção.

19. O Formulário de Solicitação de Mudança (MODELO 2) deve ser aprovado pela Fiscalização, e a efetivação das modificações propostas estarão condicionadas à celebração de Termo contratual para eventuais serviços adicionais necessários.

20. As medições serão formalizadas através de um Boletim de Medição específico para cada intervenção. O modelo orientativo está no Modelo 3.

21. Compete à Fiscalização do Senado Federal, entre outras atividades:

21.1. Sanar dúvidas e questionamentos acerca de especificações técnicas e composição dos serviços, quando pertinentes.

21.2. Gerenciar a atuação integrada da Contratada com outras empresas e serviços prestados no âmbito de outros contratos e órgãos do Senado Federal.

21.3. Realizar a interlocução com terceiros impactados pela intervenção.



SENADO FEDERAL

D. MODELO 1 - RDO

SENADO FEDERAL		RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS (RDO)								
RDO Nº: 2		segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018								
OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO										
Objeto do Contrato: Execução de manutenção de revestimentos de mármore nas fachadas do Edifício Principal e Anexo 01 do SENADO										
PROCESSO Nº: 00200.005231/2014-67		CONTRATO Nº: 03/2018								
DATA DE INÍCIO DA OBRA: 19/02/2017		PE Nº: 135/2017 011/2018								
PRazo DIAS: 120		DATA DE TÉRMINO: 19/06/2017								
DISCIPLINA () Mecânica () Elétrica (x) Civil (x) Outros: ADEQUAÇÃO E REFORMA		TÉRMINO REPROG.: DIAS FALTANTES: 120								
QUANTIDADE DO EFETIVO										
Função	M.O - DIRETA		M.O - INDIRETA		TOTAL		Equipamentos	Quantidade		
	Prog.	Real	Prog.	Real	Prog.	Real		Prog.	Real	
Engenheiro Civil					0	0				
Auxiliar de Escritório					0	0				
Mestre de Obra					0	0				
Eletricista					0	0				
Encarregado					0	0				
Encanador					0	0				
Ajudante					0	0				
Pedreiro					0	0				
Carpinteiro					0	0				
Armador					0	0				
Serralheiro					0	0				
TOTAL Funcionários		0	0	0	0	0	0	TOTAL	0	0
ITENS	ATIVIDADES DIÁRIAS DETALHADAS						STATUS			
							INICIADO	EXISTENTE	CONCLUÍDO	PARALIZADO
OBSERVAÇÕES CONTRATADA										
OBSERVAÇÕES FISCALIZAÇÃO										
Condições do Tempo										
PERÍODO	BOM	CHUVOSO	HORAS		Representante da Contratada			Representante da Contratante		
MANHÃ	X		1:00							
TARDE	X		1:00							
NOITE	X		1:00							
TOTAL DE HORAS			3:00							



SENADO FEDERAL

E. MODELO 2 – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA				
Nome do Projeto:		Mudança número:		
Requisitada por (com assinatura):		Data da solicitação:		
Impacto na Etapa:	Alto	Médio	Baixo	
Descrição da mudança				
Motivação da mudança				
Descrição do Impacto				
Escopo (incluir ID PFF)				
Custo				
Tempo				
Risco				
Satisfação do Cliente				
Qualidade				
(Outros)				
APROVADA:		<input type="checkbox"/>	REJEITADA:	<input type="checkbox"/>
JUSTIFICATIVA EM CASO DE REJEIÇÃO:				
Assinaturas dos Responsáveis				
Assinatura gerente de projeto		Assinatura fiscalização do projeto		
Data		Data		
(outras assinaturas, conforme o caso)				



SENADO FEDERAL

F. MODELO 3 – BOLETIM DE MEDIÇÃO (BM)

FOLHA DE MEDIÇÃO										BM - Boletim de Medição										FOLHA DE MEDIÇÃO									
INFORMAÇÕES GERAIS										INFORMAÇÕES DE MEDIÇÃO										INFORMAÇÕES DE RESULTADO									
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO										2. IDENTIFICAÇÃO DO MEDIADOR										3. IDENTIFICAÇÃO DO MEDIANDO									
1.1. NOME DO PROJETO										2.1. NOME DO MEDIADOR										3.1. NOME DO MEDIANDO									
1.2. Nº DO PROJETO										2.2. Nº DO MEDIADOR										3.2. Nº DO MEDIANDO									
1.3. DATA DE INÍCIO										2.3. DATA DE INÍCIO										3.3. DATA DE INÍCIO									
1.4. DATA DE FIM										2.4. DATA DE FIM										3.4. DATA DE FIM									
1.5. LOCAL DO PROJETO										2.5. LOCAL DO MEDIADOR										3.5. LOCAL DO MEDIANDO									
1.6. VALOR DO PROJETO										2.6. VALOR DO MEDIADOR										3.6. VALOR DO MEDIANDO									
1.7. VALOR DO BOMBEIO										2.7. VALOR DO MEDIADOR										3.7. VALOR DO MEDIANDO									
1.8. VALOR DO BOMBEIO										2.8. VALOR DO MEDIADOR										3.8. VALOR DO MEDIANDO									
1.9. VALOR DO BOMBEIO										2.9. VALOR DO MEDIADOR										3.9. VALOR DO MEDIANDO									
1.10. VALOR DO BOMBEIO										2.10. VALOR DO MEDIADOR										3.10. VALOR DO MEDIANDO									
1.11. VALOR DO BOMBEIO										2.11. VALOR DO MEDIADOR										3.11. VALOR DO MEDIANDO									
1.12. VALOR DO BOMBEIO										2.12. VALOR DO MEDIADOR										3.12. VALOR DO MEDIANDO									
1.13. VALOR DO BOMBEIO										2.13. VALOR DO MEDIADOR										3.13. VALOR DO MEDIANDO									
1.14. VALOR DO BOMBEIO										2.14. VALOR DO MEDIADOR										3.14. VALOR DO MEDIANDO									
1.15. VALOR DO BOMBEIO										2.15. VALOR DO MEDIADOR										3.15. VALOR DO MEDIANDO									
1.16. VALOR DO BOMBEIO										2.16. VALOR DO MEDIADOR										3.16. VALOR DO MEDIANDO									
1.17. VALOR DO BOMBEIO										2.17. VALOR DO MEDIADOR										3.17. VALOR DO MEDIANDO									
1.18. VALOR DO BOMBEIO										2.18. VALOR DO MEDIADOR										3.18. VALOR DO MEDIANDO									
1.19. VALOR DO BOMBEIO										2.19. VALOR DO MEDIADOR										3.19. VALOR DO MEDIANDO									
1.20. VALOR DO BOMBEIO										2.20. VALOR DO MEDIADOR										3.20. VALOR DO MEDIANDO									
1.21. VALOR DO BOMBEIO										2.21. VALOR DO MEDIADOR										3.21. VALOR DO MEDIANDO									
1.22. VALOR DO BOMBEIO										2.22. VALOR DO MEDIADOR										3.22. VALOR DO MEDIANDO									
1.23. VALOR DO BOMBEIO										2.23. VALOR DO MEDIADOR										3.23. VALOR DO MEDIANDO									
1.24. VALOR DO BOMBEIO										2.24. VALOR DO MEDIADOR										3.24. VALOR DO MEDIANDO									
1.25. VALOR DO BOMBEIO										2.25. VALOR DO MEDIADOR										3.25. VALOR DO MEDIANDO									
1.26. VALOR DO BOMBEIO										2.26. VALOR DO MEDIADOR										3.26. VALOR DO MEDIANDO									
1.27. VALOR DO BOMBEIO										2.27. VALOR DO MEDIADOR										3.27. VALOR DO MEDIANDO									
1.28. VALOR DO BOMBEIO										2.28. VALOR DO MEDIADOR										3.28. VALOR DO MEDIANDO									
1.29. VALOR DO BOMBEIO										2.29. VALOR DO MEDIADOR										3.29. VALOR DO MEDIANDO									
1.30. VALOR DO BOMBEIO										2.30. VALOR DO MEDIADOR										3.30. VALOR DO MEDIANDO									
1.31. VALOR DO BOMBEIO										2.31. VALOR DO MEDIADOR										3.31. VALOR DO MEDIANDO									
1.32. VALOR DO BOMBEIO										2.32. VALOR DO MEDIADOR										3.32. VALOR DO MEDIANDO									
1.33. VALOR DO BOMBEIO										2.33. VALOR DO MEDIADOR										3.33. VALOR DO MEDIANDO									
1.34. VALOR DO BOMBEIO										2.34. VALOR DO MEDIADOR										3.34. VALOR DO MEDIANDO									
1.35. VALOR DO BOMBEIO										2.35. VALOR DO MEDIADOR										3.35. VALOR DO MEDIANDO									
1.36. VALOR DO BOMBEIO										2.36. VALOR DO MEDIADOR										3.36. VALOR DO MEDIANDO									
1.37. VALOR DO BOMBEIO										2.37. VALOR DO MEDIADOR										3.37. VALOR DO MEDIANDO									
1.38. VALOR DO BOMBEIO										2.38. VALOR DO MEDIADOR										3.38. VALOR DO MEDIANDO									
1.39. VALOR DO BOMBEIO										2.39. VALOR DO MEDIADOR										3.39. VALOR DO MEDIANDO									
1.40. VALOR DO BOMBEIO										2.40. VALOR DO MEDIADOR										3.40. VALOR DO MEDIANDO									
1.41. VALOR DO BOMBEIO										2.41. VALOR DO MEDIADOR										3.41. VALOR DO MEDIANDO									
1.42. VALOR DO BOMBEIO										2.42. VALOR DO MEDIADOR										3.42. VALOR DO MEDIANDO									
1.43. VALOR DO BOMBEIO										2.43. VALOR DO MEDIADOR										3.43. VALOR DO MEDIANDO									
1.44. VALOR DO BOMBEIO										2.44. VALOR DO MEDIADOR										3.44. VALOR DO MEDIANDO									
1.45. VALOR DO BOMBEIO										2.45. VALOR DO MEDIADOR										3.45. VALOR DO MEDIANDO									
1.46. VALOR DO BOMBEIO										2.46. VALOR DO MEDIADOR										3.46. VALOR DO MEDIANDO									
1.47. VALOR DO BOMBEIO										2.47. VALOR DO MEDIADOR										3.47. VALOR DO MEDIANDO									
1.48. VALOR DO BOMBEIO										2.48. VALOR DO MEDIADOR										3.48. VALOR DO MEDIANDO									
1.49. VALOR DO BOMBEIO										2.49. VALOR DO MEDIADOR										3.49. VALOR DO MEDIANDO									
1.50. VALOR DO BOMBEIO										2.50. VALOR DO MEDIADOR										3.50. VALOR DO MEDIANDO									
1.51. VALOR DO BOMBEIO										2.51. VALOR DO MEDIADOR										3.51. VALOR DO MEDIANDO									
1.52. VALOR DO BOMBEIO										2.52. VALOR DO MEDIADOR										3.52. VALOR DO MEDIANDO									
1.53. VALOR DO BOMBEIO										2.53. VALOR DO MEDIADOR										3.53. VALOR DO MEDIANDO									
1.54. VALOR DO BOMBEIO										2.54. VALOR DO MEDIADOR										3.54. VALOR DO MEDIANDO									
1.55. VALOR DO BOMBEIO										2.55. VALOR DO MEDIADOR										3.55. VALOR DO MEDIANDO									
1.56. VALOR DO BOMBEIO										2.56. VALOR DO MEDIADOR										3.56. VALOR DO MEDIANDO									
1.57. VALOR DO BOMBEIO										2.57. VALOR DO MEDIADOR										3.57. VALOR DO MEDIANDO									
1.58. VALOR DO BOMBEIO										2.58. VALOR DO MEDIADOR										3.58. VALOR DO MEDIANDO									
1.59. VALOR DO BOMBEIO										2.59. VALOR DO MEDIADOR										3.59. VALOR DO MEDIANDO									
1.60. VALOR DO BOMBEIO										2.60. VALOR DO MEDIADOR										3.60. VALOR DO MEDIANDO									
1.61. VALOR DO BOMBEIO										2.61. VALOR DO MEDIADOR										3.61. VALOR DO MEDIANDO									
1.62. VALOR DO BOMBEIO										2.62. VALOR DO MEDIADOR										3.62. VALOR DO MEDIANDO									
1.63. VALOR DO BOMBEIO										2.63. VALOR DO MEDIADOR										3.63. VALOR DO MEDIANDO									
1.64. VALOR DO BOMBEIO										2.64. VALOR DO MEDIADOR										3.64. VALOR DO MEDIANDO									
1.65. VALOR DO BOMBEIO										2.65. VALOR DO MEDIADOR										3.65. VALOR DO MEDIANDO									
1.66. VALOR DO BOMBEIO										2.66. VALOR DO MEDIADOR										3.66. VALOR DO MEDIANDO									
1.67. VALOR DO BOMBEIO										2.67. VALOR DO MEDIADOR										3.67. VALOR DO MEDIANDO									
1.68. VALOR DO BOMBEIO										2.68. VALOR DO MEDIADOR										3.68. VALOR DO MEDIANDO									
1.69. VALOR DO BOMBEIO										2.69. VALOR DO MEDIADOR										3.69. VALOR DO MEDIANDO									
1.70. VALOR DO BOMBEIO										2.70. VALOR DO MEDIADOR										3.70. VALOR DO MEDIANDO									
1.71. VALOR DO BOMBEIO										2.71. VALOR DO MEDIADOR										3.71. VALOR DO MEDIANDO									
1.72. VALOR DO BOMBEIO										2.72. VALOR DO MEDIADOR										3.72. VALOR DO MEDIANDO									
1.73. VALOR DO BOMBEIO										2.73. VALOR DO MEDIADOR										3.73. VALOR DO MEDIANDO									
1.74. VALOR DO BOMBEIO										2.74. VALOR DO MEDIADOR										3.74. VALOR DO MEDIANDO									
1.75. VALOR DO BOMBEIO										2.75. VALOR DO MEDIADOR										3.75. VALOR DO MEDIANDO									
1.76. VALOR DO BOMBEIO										2.76. VALOR DO MEDIADOR										3.76. VALOR DO MEDIANDO									
1.77. VALOR DO BOMBEIO										2.77. VALOR DO MEDIADOR										3.77. VALOR DO MEDIANDO									
1.78. VALOR DO BOMBEIO										2.78. VALOR DO MEDIADOR										3.78. VALOR DO MEDIANDO									
1.79. VALOR DO BOMBEIO										2.79. VALOR DO MEDIADOR										3.79. VALOR DO MEDIANDO									
1.80. VALOR DO BOMBEIO										2.80. VALOR DO MEDIADOR										3.80. VALOR DO MEDIANDO									
1.81. VALOR DO BOMBEIO										2.81. VALOR DO MEDIADOR										3.81. VALOR DO MEDIANDO									
1.82. VALOR DO BOMBEIO										2.82. VALOR DO MEDIADOR										3.82. VALOR DO MEDIANDO									
1.83. VALOR DO BOMBEIO										2.83. VALOR DO MEDIADOR										3.83. VALOR DO MEDIANDO									
1.84. VALOR DO BOMBEIO										2.84. VALOR DO MEDIADOR										3.84. VALOR DO MEDIANDO									
1.85. VALOR DO BOMBEIO										2.85. VALOR DO MEDIADOR										3.85. VALOR DO MEDIANDO									
1.86. VALOR DO BOMBEIO										2.86. VALOR DO MEDIADOR										3.86. VALOR DO MEDIANDO									
1.87. VALOR DO BOMBEIO										2.87. VALOR DO MEDIADOR										3.87. VALOR DO MEDIANDO									
1.88. VALOR DO BOMBEIO										2.88. VALOR DO MEDIADOR										3.88. VALOR DO MEDIANDO									
1.89. VALOR DO BOMBEIO										2.89. VALOR DO MEDIADOR										3.89. VALOR DO MEDIANDO									
1.90. VALOR DO BOMBEIO										2.90. VALOR DO MEDIADOR										3.90. VALOR DO MEDIANDO									
1.91. VALOR DO BOMBEIO										2.91. VALOR DO MEDIADOR										3.91. VALOR DO MEDIANDO									
1.92. VALOR DO BOMBEIO										2.92. VALOR DO MEDIADOR										3.92. VALOR DO MEDIANDO									
1.93. VALOR DO BOMBEIO										2.93. VALOR DO MEDIADOR										3.93. VALOR DO MEDIANDO									
1.94. VALOR DO BOMBEIO										2.94. VALOR DO MEDIADOR										3.94. VALOR DO MEDIANDO									
1.95. VALOR DO BOMBEIO										2.95. VALOR DO MEDIADOR										3.95. VALOR DO MEDIANDO									
1.96. VALOR DO BOMBEIO										2.96. VALOR DO MEDIADOR										3.96. VALOR DO MEDIANDO									
1.97. VALOR DO BOMBEIO										2.97. VALOR DO MEDIADOR										3.97. VALOR DO MEDIANDO									
1.98. VALOR DO BOMBEIO										2.98. VALOR DO MEDIADOR										3.98. VALOR DO MEDIANDO									
1.99. VALOR DO BOMBEIO										2.99. VALOR DO MEDIADOR										3.99. VALOR DO MEDIANDO									
1.100. VALOR DO BOMBEIO										2.100. VALOR DO MEDIADOR										3.100. VALOR DO MEDIANDO									



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 8

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando o **fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia no âmbito do Complexo Arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) _____ e (____) ____-____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____ / ____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.013801/2022-01, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia no âmbito do Complexo Arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal**, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;
- V** - fornecer as máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra (inclusive os encargos sociais), insumos, transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos custos unitários dos serviços ou no BDI;
- VI** - dotar sua equipe técnica de treinamento, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) que sejam necessários à preservação da incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado Federal;
- VII** - assegurar que seus funcionários (de seu corpo técnico ou subcontratados) utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em regramento oficial federal ou local que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, incluindo o disposto nas normas NR-6, NR-10, NR-18, NR-35, sem prejuízo das demais normas regulamentadoras aplicáveis;
- VIII** - acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância;
- IX** - dotar o local da execução dos serviços dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao Senado Federal ou a terceiros;
- X** - não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefone e lógica do Senado Federal;
- XI** - não causar transtornos ao sistema de captação de esgoto e águas pluviais do SENADO;



SENADO FEDERAL

XII - solicitar por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, o desligamento de quaisquer partes do sistema elétrico, hidráulico, de telecomunicações ou de lógica que se façam necessários para a perfeita execução dos serviços;

XIII - refazer ou substituir qualquer serviço ou material entregue em desacordo com o especificado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, incluindo a remoção dos materiais rejeitados. Se o serviço ou material for entregue em conformidade com a especificação, mas em quantidade inferior àquela pactuada, cabe a CONTRATADA sua complementação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito;

XIV - proteger os móveis e objetos existentes com lonas e outros materiais adequados, de modo a evitar danos no local de execução dos serviços e, se for o caso, em suas proximidades;

XV - depositar lixo e entulhos provenientes dos serviços em caçambas metálicas estacionárias, dispostas em locais indicados pelo Senado Federal;

XVI - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da boa aparência estética nos locais que sofrerão intervenções;

XVII - manter o local dos serviços e seus acessos permanentemente limpo, livre de quaisquer sujeiras causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

XVIII - providenciar o isolamento adequado do local de trabalho;

XIX - fornecer previamente ao SENADO relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, para fins de registro e autorização de acesso junto à Polícia Legislativa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quando for o caso, que deverá ser acompanhada da cópia do Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho (CTPS) ou contrato de prestação de serviços celebrado com o respectivo funcionário e documentos comprobatórios da subcontratação (para os serviços permitidos), se for o caso, bem como informar qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação;

XX - manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados com crachás, que deverão identificar seu nome, RG, função e empresa empregadora;

XXI - responsabilizar-se pela conferência prévia de todas as medidas e quantidades no local;

XXII - observar as disposições e especificações contidas no Edital, nos demais anexos e no Contrato, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;



SENADO FEDERAL

XXIII - utilizar apenas materiais de primeira qualidade, novos e de fabricação recente, estar acondicionados em suas embalagens originais lacradas, podendo a Fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição;

XXIV - garantir que os novos materiais a serem aplicados manterão as características e padrões dos materiais existentes nos casos de necessidade de manutenção de padrão específico;

XXV - designar por escrito os funcionários que irão atender ao SENADO, indicar números de telefone e endereços de e-mail para contato;

XXVI - executar e acompanhar todos os testes relacionados ao perfeito funcionamento do objeto e todas as instalações cujo funcionamento possa ter sido afetado ou interaja diretamente com o objeto;

XXVII - emitir Relatório Diário de Obras (RDO), com frequência diária e em meio digital. O modelo de Relatório deverá ser aprovado pela Fiscalização;

XXVIII - encaminhar Cronograma (elaborado em MS Project), sempre que a FISCALIZAÇÃO solicitar, em meio digital, ao endereço eletrônico informado pela Fiscalização. O Cronograma deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização.

XXIX - substituir ou reparar os materiais ou serviços executados que apresentarem defeito no período de garantia em até 30 (trinta) dias úteis a contar da notificação do gestor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá designar responsáveis técnicos pela execução do objeto, obrigatoriamente profissionais de engenharia civil ou de arquitetura que estejam devidamente registrados, respectivamente, no CREA ou no CAU como responsáveis técnicos pelo objeto da intervenção e que estejam habilitados para serviços da natureza do objeto e detentores de acervo técnico comprovado.

I – Os responsáveis técnicos deverão assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, elaboração de documentos complementares, garantia do cumprimento das normas técnicas de Engenharia, Arquitetura e de Segurança do Trabalho e das especificações técnicas deste Edital, além do fiel cumprimento do prazo contratual e garantia da qualidade técnica.

II – Os(as) responsáveis técnicos(as) deverão, além de suas atividades contínuas, estar disponíveis para atender aos(as) gestores(as) e fiscais do SENADO em regime de plantão, para esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA designará formalmente seu preposto, para lhe representar frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 68 da Lei 8.666/93 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto do Anexo 12 do Edital.



SENADO FEDERAL

I – Deverá ser comprovada, por meio de documentação (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.), a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos.

II – A critério da CONTRATADA, o preposto poderá ser indicado simultaneamente como responsável técnico.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deve atender aos requisitos de Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal.

I – Caberá à CONTRATADA implementar a logística reversa dos materiais, quando aplicável.

II – Nenhuma substância sólida, semissólida, líquida, gasosa ou de vapor deve ser descartada, sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

III – Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

IV – O descarte dos resíduos da construção civil (entulho) deverá seguir as normas e orientações do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal. As caçambas, o transporte e o descarte deverá ser feito por empresas credenciadas e conforme as normas vigentes.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução do objeto no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA fornecerá o(s) insumo(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços serão executados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, em Brasília-DF.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos contados do recebimento definitivo do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo de garantia dos insumos deverá ser igual ao prazo oferecido pelo fabricante do produto em condições normais.

I – Em qualquer situação, porém, o prazo de garantia por vícios aparentes ou de fácil constatação não poderá ser inferior a 90 (noventa dias) contados do recebimento do objeto, em observância ao artigo 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor.

II – No caso de vício oculto, esse prazo de 90 (noventa) dias será contado a partir do momento em que for identificado o defeito pela SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO QUINTO – No período indicado nos Parágrafos Terceiro e Quarto, a CONTRATADA estará obrigada a refazer os serviços ou substituir os materiais que apresentarem defeitos, garantindo desta forma a confiabilidade e o desempenho dos sistemas ou instalações, às suas expensas, sem ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO – As medidas corretivas que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado acima deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pelo SENADO.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste contrato:

I – O inciso VIII, do artigo 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

II – Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste contrato, edital e seus Anexos;

III – ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);

IV – Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;



SENADO FEDERAL

V – Recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI – Recomendações do manual “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas” do Tribunal de Contas da União; e

VII – Recomendações e instruções dos fabricantes.

PARÁGRAFO OITAVO – A Fiscalização poderá determinar que os serviços sejam realizados aos fins de semana, de 18h de sexta-feira às 8h de segunda-feira, sem qualquer tipo de compensação sempre que qualquer das seguintes situações estejam configuradas:

I – Implicar em interdição de áreas;

II – Causar transtornos nas áreas contíguas devido a ruídos, odores, etc.;

III – Implicar em interrupção do funcionamento de áreas administrativas e legislativas devido à execução dos serviços ou efeitos posteriores;

PARÁGRAFO NONO – No caso de serviços que manifestamente possam causar incômodos, como ruídos, odores etc. ou transtornos nas dependências do Senado Federal, caberá à CONTRATADA dar ciência previamente à Fiscalização para que esta delibere sobre o período mais adequado para a execução e/ou tome as providências necessárias para a minimização dos incômodos ou transtornos.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A depender da natureza dos serviços, a FISCALIZAÇÃO indicará a necessidade de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

I – Quando se fizer necessária, essa documentação deverá ser apresentada pela CONTRATADA ao(à) Gestor(a) da avença em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da sua via contratual ou nota de empenho.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos acionamentos realizados, poderá ser exigida ART:

I - de Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) para os serviços de engenharia civil e/ou arquitetura;

II - de Engenheiro(a) Eletricista para os serviços elétricos;

III - de Engenheiro(a) Mecânico para os serviços de climatização.

IV - Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, apresentar a matrícula da obra junto ao INSS (CEI), sendo que no campo "RESPONSÁVEL" deverá constar seu CNPJ.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

II – Definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Diretora-Geral, em prazo a ser estipulado pela Fiscalização no momento do acionamento da ARP, em razão da complexidade da intervenção, não sendo inferior a 5 (cinco) dias corridos, nem superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I – se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

II – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

I – Para os fins previstos neste parágrafo, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitido em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos.

Item	Unid.	Quant. Estimada	Especificação	Preço Unit.	Preço Total

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor global do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O SENADO pagará à CONTRATADA, pelos objetos dos Contratos gerados, os valores unitários constantes da Planilha de Composição de Custos apresentada juntamente com a proposta da CONTRATADA, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, o pagamento de serviços não executados, executados parcialmente ou executados em desacordo com as especificações técnicas (Anexo 2 do Edital).

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização, o Relatório de Medição (RM), em formato digital editável, para conferência e aprovação contendo:

I – Memória de cálculo - MC - A memória de cálculo deverá identificar os locais dos serviços realizados e os respectivos cálculos que levam à totalização do serviço. A MC deverá ser apresentada em planilha Excel em modelo a ser fornecido pelo Senado Federal.

II – Boletim de Medição - BM - O Boletim de Medição (BM) deverá ser apresentado à Fiscalização em versão preliminar, digital, editável, a ser aprovada, conforme TR e seus anexos.

PARÁGRAFO QUARTO – A Fiscalização terá até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de entrega do Relatório de Medição (RM), para sobre este se manifestar, podendo contestá-lo ou aprová-lo autorizando a emissão da(s) fatura(s) pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Uma vez emitida(s) a(s) nota (s) fiscal(is), esta(s) devem ser apresentada(s) pela CONTRATADA à Fiscalização, juntamente com a versão definitiva do Relatório de Medição (RM), em meio digital e impresso, contendo:

I - Quantitativo e valores de cada um dos serviços executados na etapa correspondente, em valores absolutos e porcentagens;



SENADO FEDERAL

- II** - Quantitativo e valores de cada um dos serviços executados acumulados até a respectiva medição, em valores absolutos e porcentagens;
- III** - Quantitativo e valores de cada um dos serviços faltantes para a execução total do Contrato, em valores absolutos e porcentagens.
- IV** - Valor total da medição;
- V** - Indicação do período ao qual o Boletim de Medição se refere;
- VI** - Indicação do número da Nota Fiscal correspondente, somente para versão definitiva do Relatório de Medição;
- VII** - Identificação e assinatura do responsável técnico pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades de parcelas de pagamento definidas nos cronogramas físico-financeiros, que serão estipuladas dependendo do volume de serviços de cada intervenção, observando-se que o intervalo entre as parcelas de pagamento será de, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos.

- I** - A primeira parcela poderá ser recebida a partir de 30 dias corridos da data de assinatura do Contrato.
- II** - Apenas o pagamento da última parcela do contrato poderá ocorrer em prazo inferior a 30 dias contados do pagamento anterior.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Décimo Terceiro da Cláusula Terceira, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Oitava.

- I** – A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Oitava não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo daquela Cláusula.

PARÁGRAFO OITAVO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima.

PARÁGRAFO NONO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados neste contrato, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____, de _____ de _____ de 20__.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



SENADO FEDERAL

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da via assinada do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no parágrafo sétimo desta Cláusula, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.



SENADO FEDERAL

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I – apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do Parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo previsto para o início do ajuste, sem que a CONTRATADA dê início à prestação do objeto, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta Cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO QUINTO – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado do Cronograma, bem como sua execução de forma insatisfatória, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (três décimos por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO – Findo o prazo limite previsto no Parágrafo Quinto, sem adimplemento da obrigação, será aplicada, cumulativamente, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste Contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O retardamento da execução ficará configurado quando a CONTRATADA:

- I** - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da sua via contratual;
- II** - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados. Excetuam-se, neste caso, os feriados prolongados, quando deverá a Contratada notificar previamente a Fiscalização da intenção de interromper os trabalhos no período.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Oitavo da Cláusula Quarta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO NONO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quarto e Quinto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Oitava sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Oitava.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A falha na execução do Contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar nas situações previstas na tabela 3 e alcançar o total de 30 (trinta) pontos, cumulativamente, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1.

I – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme as graduações, os valores e as descrições estabelecidas nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Graduação das infrações

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	1
2	2
3	4
4	5
5	8
6	10

Tabela 2 – Valor das multas

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor do Contrato ou R\$ 300,00 – o que for maior.
2	0,4% do valor do Contrato ou R\$ 600,00 – o que for maior.
3	0,6% do valor do Contrato ou R\$ 1000,00 – o que for maior.
4	1,0% do valor do Contrato ou R\$ 1500,00 – o que for maior.
5	2,0% do valor do Contrato ou R\$ 3000,00 – o que for maior.
6	3,0% do valor do Contrato ou R\$ 6000,00 – o que for maior.

Tabela 3 - Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), quando necessários;	6	Por ocorrência
2	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado;	6	Por ocorrência
3	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato;	5	Por ocorrência
4	Recusar-se a cumprir determinações formais da Fiscalização, inclusive para execução de serviços, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	4	Por dia e por tarefa designada



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior;	4	Por ocorrência
7	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	3	Por ocorrência
8	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da Fiscalização;	3	Por ocorrência
9	Deixar de refazer serviço não aceito pela Fiscalização, nos prazos estabelecidos no Contrato ou determinado pela Fiscalização;	3	Por ocorrência
10	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços, sem uniforme, sem identificação, ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho;	2	Por empregado e por dia
11	Deixar de executar serviço nos prazos e horários estabelecidos pela Fiscalização, observados os limites estabelecidos por este Contrato;	2	Por ocorrência
12	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço.	1	Por dia de atraso
13	Deixar de apresentar a GARANTIA no prazo estabelecido no Contrato.	1	Por dia de atraso
14	Não manter a documentação de habilitação atualizada;	1	Por ocorrência e por dia
15	Não apresentar Relatório Diário de Obras (RDO) ou outros documentos solicitados pela Fiscalização a respeito da execução da obra (cronograma – inclusive replanejamento, As-Built, etc), no período estabelecido nesse edital ou outro estabelecido pela Fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia
16	Quando a Contratada apresentar atraso no prazo FINAL para entrega do objeto contratado, de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.	2	Por dia de atraso
17	Deixar de substituir ou reparar os materiais ou serviços executados que apresentarem defeito no período de garantia, no prazo estabelecido em contrato.	1	Por dia de atraso

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Além das multas previstas nos Parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Segunda, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do Parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação, apenas dos serviços expressamente permitidos no Anexo 2 do Edital (Caderno de Especificações Técnicas), sem ônus adicional ao SENADO, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A justificativa deve ser detalhada e conter no mínimo:

- a)** Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;
- b)** Cópia do Contrato Social da empresa;
- c)** Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao



SENADO FEDERAL

Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a CONTRATADA responsabilizar-se rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste ajuste a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços, bem como pelo pleno atendimento, por parte da empresa subcontratada, das determinações deste ajuste, do edital e seus anexos.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá assegurar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 13.1; 13.1.1; letra “b” do subitem 13.3.2; letras “a.1” e “a.2” do 13.3.3 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO OITAVO – É vedado o repasse, com ônus para o SENADO, de auxílio-alimentação e vale-transporte para os subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:



SENADO FEDERAL

I – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de vigência poderá ser estendido para contemplar a prorrogação dos prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega, mediante autorização da autoridade competente e formalização de aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de _____ de 20__

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

**TESTEMUNHAS:
DIRETOR**

DIRETOR



SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 9

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ de _____ de 20__, a União, por intermédio do Senado Federal – Órgão Gerenciador, situado na Praça dos Três Poderes - Brasília DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo _____, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024/2019, do Decreto nº 7.892/2013, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018, e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº ____/20__, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor beneficiário, conforme preços abaixo descritos:

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Este Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Não serão permitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços.

O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20__ e seus anexos integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Senado Federal e dos fornecedores beneficiários acima indicado, assim como pelas testemunhas abaixo arroladas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.



SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

TESTEMUNHAS:

Diretor

Diretor



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 10

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO N° _____ / _____
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
Fax: (DDD)
E-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar Ata de Registro de Preços)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não
<p><i>A Licitante deve apresentar planilhas conforme Anexos 2, 3 e 4 do Edital</i></p>

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 11

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 2 DE 2016

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram dadas pelo art. 237 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 40, de 2014, em vista do disposto no artigo 7º, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/93, e considerando a necessidade de atualização dos itens que compõem o elemento Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, em razão das recentes orientações contidas em julgados do Tribunal de Contas da União - TCU, RESOLVE:

Art. 1º Nas obras e serviços de engenharia contratados pelo Senado Federal, o percentual relativo a Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, aplicado sobre os custos diretos dos materiais, mão de obra e equipamentos, deve obedecer ao disposto neste Ato.

§ 1º O preço final da obra ou serviço será obtido somando-se aos custos diretos a parcela correspondente ao BDI.

§ 2º Os editais de licitação deverão exigir que os proponentes apresentem a composição analítica do BDI.

§ 3º Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 4º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 3º.

Art. 2º As bonificações e despesas indiretas serão compostas por parcelas relacionadas à taxa de rateio da administração central, às despesas financeiras, aos riscos, seguros e garantias do empreendimento, ao lucro e aos tributos, exceto os de natureza direta e personalística que oneram a licitante ou contratada.



SENADO FEDERAL

§ 1º Somente poderá ser incluída taxa correspondente a despesas com garantias se for expressamente previsto no edital da licitação a prestação de garantia contratual pela contratada, devendo, neste caso, ser proporcional aos custos de contratação de fiança bancária, seguro-garantia ou caução.

§ 2º É vedado incluir na composição do BDI taxas correspondentes a despesas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), administração local, instalação de canteiro de obras, acampamento, mobilização e desmobilização, assim como outros custos que decorram diretamente da execução das obras ou serviços e que, por conseguinte, devam ser incluídos como custos diretos na planilha orçamentária.

§ 3º A parcela referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando devida, observará a alíquota do local de execução da obra ou prestação dos serviços e o cálculo do tributo não incidirá sobre os materiais e equipamentos utilizados na obra ou serviço.

Art. 3º A taxa máxima aceitável do BDI de referência será definida mediante justificativa técnica elaborada por profissional habilitado.

§ 1º Os estudos técnicos adotarão como parâmetro os indicadores obtidos junto às seguintes fontes, dentre outras:

- I - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI;
- II - Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO;
- III - tabelas de referência oficiais;
- IV - recomendações, determinações e deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- V - levantamentos realizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares
- VII - contratos similares firmados pelo Senado Federal e por outros órgãos da Administração Pública;
- VIII - publicações técnicas especializadas ou de órgãos de pesquisa;
- IX - estudos setoriais;
- X - pesquisa mercadológica com empresas do ramo.

§ 2º Serão desconsideradas as coletas que não reflitam a realidade do mercado, cabendo ao órgão técnico apontar justificadamente a fonte mais adequada para estimar o BDI de referência.

§ 3º O BDI de referência considerado aceitável pela Administração será aquele menor ou igual à mediana dos indicadores obtidos junto à fonte de pesquisa utilizada.

§ 4º Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados pelo órgão técnico competente, o percentual do BDI de referência poderá ultrapassar os limites estabelecidos no parágrafo anterior.



SENADO FEDERAL

§ 5º Os percentuais do BDI da faixa adotada, devidamente justificados pela área técnica segundo as características da obra e os resultados da precificação, deverão estar indicados nos atos convocatórios relativos às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia.

§ 6º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for superior ao BDI de referência indicado pela Administração, a proposta deverá ser acompanhada da devida justificativa de majoração do preço, elaborada por profissional habilitado para análise da área técnica.

§ 7º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for inferior ao BDI de referência considerado aceitável pela Administração e houver indícios de inexequibilidade dos preços, o pregoeiro ou o gestor poderão solicitar à empresa esclarecimentos complementares e efetuar diligências para comprovação da exequibilidade da proposta.

§ 8º O custo global apresentado pela proponente não poderá ser superior ao custo global de referência.

Art. 4º Revoga-se o Ato do Primeiro-Secretário nº 10, de 2010.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2016. Senador Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 5972, seção nº 2, de 29 de março de 2016, p. 1.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2023.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 00200.013801/2022-01)

ANEXO 12

MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Titular: _____, brasileiro __, RG __, CPF __.

Substituto(s): _____, brasileiro __, RG __, CPF __.

A empresa __, sediada/filial na [endereço], Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui como seus Prepostos os funcionários, acima qualificados, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do Contrato nº __/20__, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Nos eventuais impedimentos ou ausências do Preposto Titular, a representação será realizada pelo(s) Preposto(s) Substituto(s).

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização do Contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

Brasília-DF, __ de ____ de 20__.

Diretor-Presidente da empresa